

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
ADMINISTRAÇÃO

ANA LUIZA ARAÚJO DE BARROS

**A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO DE
ADMINISTRADORES: Um estudo do Curso de Graduação do Centro
Acadêmico do Agreste – UFPE**

CARUARU

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
ADMINISTRAÇÃO

ANA LUIZA ARAÚJO DE BARROS

**A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO DE
ADMINISTRADORES: Um estudo do Curso de Graduação do Centro
Acadêmico do Agreste – UFPE**

Trabalho apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Administração, da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, como requisito parcial para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

Orientador: Prof. M.Sc. Fernando José do Nascimento

CARUARU
2015

Catálogo na fonte:
Bibliotecária - Simone Xavier CRB/4-1242

Bibliotecária - Simone Xavier CRB/4-1242

B277e Barros, Ana Luiza Araújo de.
A extensão universitária na formação de administradores: um estudo do curso de graduação do Centro Acadêmico do Agreste-UFPE. / Ana Luiza Araújo de Barros. - Caruaru: O Autor, 2015.
106f. ; 30 cm.

Barros, Ana Luiza Araújo de.

A extensão universitária na formação de administradores: um estudo do curso de graduação do Centro Acadêmico do Agreste-UFPE. / Ana Luiza Araújo de Barros. - Caruaru: O Autor, 2015. 106f. ; 30 cm.

Orientador: Fernando José do Nascimento.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Administração, 2015.

Inclui referências bibliográficas

1. Extensão universitária. 2. Administração – Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste. 3. Administradores – formação profissional. I. Nascimento, Fernando José do. (Orientador). II. Título

658 CDD (23. ed.)

UFPE (CAA 2015-124)

ANA LUIZA ARAÚJO DE BARROS

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO DE ADMINISTRADORES:
Um estudo do Curso de Graduação do Centro Acadêmico do Agreste – UFPE

Este trabalho foi julgado adequado e aprovado para a obtenção do título de graduação em
Administração da Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste

Caruaru, 13 de julho de 2015

Prof.º Dr. Cláudio José Montenegro de Albuquerque
Coordenador do Curso de Administração

BANCA EXAMINADORA:

Prof.º M.Sc. Fernando José do Nascimento
Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste
Orientador

Prof.º M.Sc. José Cícero de Castro
Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste
Banca

Prof.º Dr. Sandro Valença
Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste
Banca

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensa e profundamente a Deus que é poderoso para fazer infinitamente mais do que tudo que pedimos ou pensamos. Ele tem sido meu sustentáculo e meu baluarte em momentos de fraqueza e de oscilação. Como não agradecê-Lo.

Agradeço minha família, em especial minha mainha, Lucineide, que me deu seu ombro e seu afago, quando era tudo que eu mais precisava. Obrigada por seu amor e cuidado de sempre.

Ao meu bem, Isaac Lucas, que me deu seu suporte em dias difíceis e me ajudou, me animou e me fez continuar quando eu quis desistir. Com quem tenho enorme prazer de dividir mais uma conquista. Tê-lo por perto e saber que posso contar com você em todas as circunstâncias alimenta minhas forças para enfrentar cada situação.

Não posso esquecer-me de agradecer a todos os amigos que estiveram comigo até aqui e que se tornaram amigos mais chegados que irmãos. Também a todos os docentes que fizeram da minha graduação uma experiência única e enriquecedora. Sou grata de coração.

Agradeço ainda, ao meu orientador, Prof.º Fernando Nascimento, excelente profissional e pessoa extraordinária, que posso dizer que se tornou um querido amigo. A você minha admiração, carinho e respeito. Obrigada por todo tempo dedicado e por toda paciência.

A todos meu muito obrigada!

“O conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações.”

(Paulo Freire, 1969)

“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível”.

(Charles Chaplin)

RESUMO

Respalhada pela Constituição Federal de 1988, sob o princípio constitucional da Indissociabilidade, a extensão universitária é um instrumento que deve proporcionar maior integração entre a universidade e a sociedade. Apesar disso, é uma das atividades que têm menos evidência nas Instituições de Ensino Superior brasileiras. No curso de graduação em administração pode propiciar aos estudantes um contato formativo com a realidade profissional, contribuindo para uma relação mais efetiva entre teoria e prática e, dessa forma, qualificar a graduação. A presente pesquisa é um estudo das atividades de extensão realizadas no curso de graduação em administração do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – CAA/UFPE, entre os anos de 2006 e 2014, com o objetivo de analisar as propostas realizadas, a fim de perceber a relevância, a adequação e a contribuição de tais ações extensionistas para a formação profissional dos estudantes do curso. Para responder a esse objetivo foi utilizado como metodologia o estudo de caso e para os procedimentos de coleta de evidências, a pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e a análise de conteúdo. Com a pesquisa foi observado que apesar do Projeto Pedagógico do Curso de administração do Centro Acadêmico do Agreste não tratar a extensão como aspecto relevante na formação do estudante, algumas propostas de ações de extensão têm conseguido aproximar os estudantes da sociedade e os inserido na realidade em que atuarão como profissionais, contribuindo positivamente na formação.

Palavras-chave: Extensão Universitária, Administração, Formação, CAA/UFPE.

ABSTRACT

Supported by the Federal Constitution of 1988, under the Constitutional principle of Indissociability, the University Extension is an instrument that should provide most integration between university and society. Nevertheless, it is one of the activities that have less evidence in Brazilian High Education Institutions. The Administration course may give to students a formative contact with the professional reality, contributing to a more effective relationship between theory and practice and, this way, qualify graduation. The present research is a study of the Extension activities in the Administration course of the Centro Acadêmico do Agreste of Universidade Federal de Pernambuco - CAA/UFPE, between 2006 and 2014, in order to analyze the proposals made in order to realize the relevance, the adequacy and the contribution of such extension actions for vocational training of students of the course. To answer this objective was used as methodology the case study and to evidence collection procedure was used document research, semi-structured interviews and content analysis. With the research was observed that although the Pedagogical Project of Administration Course of the Centro Acadêmico do Agreste doesn't treat the Extension as a relevant aspect in student's formation, some proposals Extension actions have been able to bring closer students of society and inserted them into reality they will act as professionals, contributing positively they formation.

Keywords: Universty Extension, Administration, Formation, CAA/UFPE.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDES:	Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
CAA:	Centro Acadêmico do Agreste
CES:	Câmara de Ensino Superior
CF:	Constituição Federal
CFA:	Conselho Federal de Administração
CFE:	Conselho Federal de Educação
CNE:	Conselho Nacional de Educação
CNPq:	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRUTAC:	Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
CSE:	Coordenação Setorial de Extensão
DASP:	Departamento Administrativo do Serviço Público
EAESP:	Escola de Administração de Empresas de São Paulo
EBAP:	Escola Brasileira de Administração Pública
ENADE:	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENC:	Exame Nacional de Cursos
FASUBRA:	Federação de Servidores das Universidades Brasileiras
FGV:	Fundação Getúlio Vargas
FORPROEX:	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras
IDORT:	Instituto De Organização Racional Do Trabalho
IES:	Instituição De Ensino Superior
IGC:	Índice Geral dos Cursos
MEC:	Ministério da Educação
PBA-1:	Programmes in Business Administration
PIBID:	Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência
PNE:	Política Nacional de Extensão
PPC:	Projeto Pedagógico do Curso
PROACAD:	Pró-reitoria de Assuntos Acadêmicos
PROACIC:	Pró-Reitoria para Assuntos Culturais e Intercâmbio Científico
PROAES:	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PROCIT:	Pró-Reitoria de Comunicação , Informação e Tecnologia de Informação
PROECIC:	Pró-Reitora de Extensão Cultural e Intercâmbio Científico
PROEXT:	Pró-Reitoria de Extensão
PROGEPE:	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida
PROGEST:	Pró-Reitoria de Gestão de Administrativa
PROPESQ:	Pró-Reitoria de Pesquisa
PROPLAN:	Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças
RENEX:	Rede Nacional de Extensão
SIEX:	Sistema Nacional de Informações de Extensão
SIGPROJ:	Sistema de Informação e Gestão de Projetos
SINAES:	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
UFAM:	Universidade Federal do Amazonas
UFMG:	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE:	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR:	Universidade Federal do Paraná
UFRJ:	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRS:	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC:	Universidade Federal de Santa Catarina
UNE:	União Nacional de Estudantes
UR:	Universidade do Recife
USP:	Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1: Disciplinas obrigatórias do curso de graduação em administração.
- Quadro 2: Componentes Curriculares Eletivos
- Quadro 3: Levantamento das propostas de ação de extensão para procedimento de análise
- Quadro 4: Método de análise dos recortes
- Quadro 5: Interação Dialógica
- Quadro 6: Interação Dialógica – Análise de Entrevistas
- Quadro 7: Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade
- Quadro 8: Indissociabilidade Ensino-Pesquisa- Extensão – Análise de Entrevistas
- Quadro 9: Impacto na Formação do Estudante
- Quadro 10: Impacto na Formação do Estudante – Análise de Entrevistas
- Quadro 11: Impacto e Transformação Social
- Quadro 12: Respostas das Entrevistas – Respondente 1
- Quadro 13: Respostas das Entrevistas – Respondente 2
- Quadro 14: Respostas das Entrevistas – Respondente 3
- Quadro 15: Respostas das Entrevistas – Respondente 4

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	14
1.1 Contextualização.....	14
1.2 Pergunta de Pesquisa	17
1.3 Justificativa	17
1.4 Objetivos Geral e Específicos	20
1.5 Organização da Monografia	21
2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	22
2.1 O curso de graduação em Administração no Brasil.....	22
2.1.1 Formação do Administrador no Brasil	24
2.1.2 Diretrizes curriculares do curso de graduação em administração no Brasil.....	26
2.1.3 A extensão universitária nas diretrizes do curso de graduação em administração	28
2.2 A extensão universitária.....	29
2.2.1 História da extensão universitária no Brasil	32
2.2.2 As Diretrizes para Ações de Extensão.....	35
3 – O CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DO CAA/UFPE E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	39
3.1 A Universidade Federal de Pernambuco.....	39
3.2 O Centro Acadêmico do Agreste.....	40
3.3 O Curso de Graduação em Administração	42
3.4 A Extensão Universitária na UFPE e no CAA.....	47
4 – METODOLOGIA.....	51
4.1 Método	51
4.2 Procedimentos Metodológicos	54
4.2.1 Pesquisa documental.....	54
4.2.2 Entrevista Semiestruturada	55
4.3 Procedimentos para alcance dos objetivos específicos	56

4.3.1 Procedimento para alcance do objetivo específico I	56
4.3.2 Procedimento para alcance do objetivo específico II	57
4.3.3 Procedimento para alcance do objetivo específico III.....	60
 5 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	61
5.1 Análise e Discussão do PPC de Administração do CAA/UFPE	61
5.1.1 O PPC de Administração do CAA/UFPE	61
5.1.2 Desenho Curricular do PPC de Administração	62
5.1.3 A extensão no PPC de Administração do CAA/UFPE	64
5.2 Análise e Discussão das Informações Coletadas	66
5.2.1 Interação Dialógica.....	67
5.2.2 Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade	69
5.2.3 Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão.....	70
5.2.4 Impacto na Formação do Estudante	73
5.2.5 Impacto e Transformação Social	76
 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
6.1 Limitações	83
6.2 Sugestões.....	84
 REFERÊNCIAS	86
ANEXOS	92
APÊNDICES	93

1. INTRODUÇÃO

Apresentamos neste capítulo a contextualização da temática da pesquisa, abordando panoramicamente o contexto de surgimento das universidades e da extensão universitária, no Brasil e no mundo, como também, indicamos a pergunta de pesquisa, a justificativa, os objetivos geral e específicos e finalizamos com a apresentação da organização da monografia.

1.1 Contextualização

As universidades surgiram na baixa idade média, em um momento de crise no modo de produção feudal e de vários conflitos sociais. Foram instituídas a partir da necessidade de atender os interesses da burguesia ascendente diante das atividades comerciais que começavam a se desenvolver. Nesse contexto, tornou-se necessário que a população estivesse apta para os novos trabalhos que passavam a existir. Segundo Wanderley *apud* Benincá (2011), a palavra *universitas* foi utilizada primeiramente nas sociedades corporativas escolásticas e no decorrer do século XIV passou a ser usada no sentido exclusivo de uma comunidade de professores e estudantes, em que a sua existência corporativa deveria ser reconhecida e sancionada por uma autoridade eclesiástica ou civil.

A história da universidade, no seu início, passou por duas fases, segundo Melo (2011, p. 32), na primeira era “monopolizada pela Cúria, pois a Igreja desejava preservar a unidade, a fé católica” e, por isso, restringiu as áreas de estudos, tendo como uma das principais áreas de conhecimento a teologia. Na segunda fase, entre o século XVI até o final do século XVIII, após diversas transformações ocorridas na sociedade, aconteceu a expansão das instituições de ensino superior, surgindo universidades protestantes, calvinistas, entre outras.

No Brasil, as instituições de ensino superior foram criadas a partir de 1808, com a chegada da família real portuguesa. Nesse período, o foco da instituição era exclusivamente profissionalizante e com apenas três áreas de ensino: medicina, engenharia e direito. Apenas em 1909 é instituída a primeira universidade no Brasil, a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, originária da Escola Universitária Livre de Manaus (BENINCÁ, 2011).

A partir da UFAM, várias outras instituições foram criadas. A segunda instituição de ensino superior no Brasil com *status* de universidade foi a Universidade Federal do Paraná –

UFPR, criada em 1912. Em 1920, foi instituída a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e em 1927 a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. O modelo de universidade implantado na década de 1930 no País tinha como objetivo primordial a formação de uma elite intelectual, que atendesse as demandas da classe dominante e da indústria que nascia. Tendo em vista este aspecto, surgiram também, em 1934, a Universidade de São Paulo – USP; em 1947, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS, dentre muitas outras que foram instituídas pelo País (BENINCÁ, 2011).

Com o decorrer dos anos, muitas mudanças ocorreram e as universidades sofreram influências diversas, alterando seu enfoque e aprimorando suas práticas de ensino. Somente a partir da década de 1980, com a Constituição Federal – CF de 1988 e a homologação de leis que passaram a regular o ensino superior, começaram a ocorrer as transformações que vivenciamos até os dias atuais. As universidades surgiram em função de atender algumas demandas sociais, porém para Benincá (2011, p. 35), “no contexto atual, vigoram diferentes visões acerca da importância, a orientação e da finalidade da universidade.” A CF de 1988, no art. 207, regulamentou as atividades e conferiu às universidades autonomia em suas práticas didáticas e administrativas, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Podemos observar que o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, mencionado na Constituição, é o alicerce das atividades que devem ser desenvolvidas pelas universidades. Entretanto, durante muito tempo o ensino e a pesquisa estiveram em evidência, enquanto à extensão foi atribuída menor importância, tornando-se a menos valorizada das práticas universitárias.

A extensão universitária nasceu no final do século XVII, a partir da década de 1860, na Inglaterra, no período Vitoriano e com caráter elitista. Melo (2011) afirma que a extensão universitária, nesse período, era idealizada como uma organização de conferências para associações de senhoras que se encontravam em grandes cidades da Inglaterra. Os estudantes universitários ofereciam palestras, em diversas áreas do conhecimento a essas senhoras. Com o sucesso das conferências, as palestras passaram a ser apresentadas para operários e para o público em geral.

Nessa época a extensão “era vista como uma transferência e expansão das culturas superiores às massas que não se envolviam com os problemas sociais” (MELO, 2011, p. 33). Foi a partir da metade do século XIX, com o surgimento da universidade moderna, que a extensão foi expandida e divulgada como uma espécie de movimento social, em que as universidades começaram a aproximar-se da sociedade que estava excluída do acesso ao ensino superior. Esta caracterização da extensão foi definida pelos estudantes universitários que adotaram como missão expandir os conhecimentos com ações extensionistas para bairros pobres ingleses.

No Brasil, a extensão, mesmo que não caracterizada como tal, começou a dar seus primeiros passos ainda no período colonial, em que estudantes lutavam pela abolição da escravidão e pela República, e depois passaram a atuar em movimentos políticos, segundo Melo (2011, p.38), “com ações esporádicas e regionalizadas”. A partir de 1931, por meio do decreto de Lei 19.851, surgiu o primeiro Estatuto das Universidades, trazendo a primeira conceituação sobre extensão definindo-a, em linhas gerais, como cursos e conferências com a finalidade de beneficiar o coletivo através de atividades técnicas e científicas para o “enriquecimento” cultural do povo.

Em 1961, surgiu a Lei 4.024 que também regulamentou as atividades de extensão, mas não conferiu qualquer inovação na conceituação, tratando-a como cursos, conferências e serviços. Nesse período, destaca-se a criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, que nasceu da aliança entre estudantes e trabalhadores. A UNE teve papel fundamental para a reforma universitária e através de suas diversas ações e movimentos conseguiu realizar três seminários para a discussão da temática (MELO, 2011).

Com o decreto de Lei 53 de 1966, a reforma universitária começa a ser difundida gradualmente. Posteriormente, em 1967, no decreto 252, a extensão foi mencionada e foram escritos os artigos 17, 20 e 40 da Lei 5.540 de 1968, que apresentaram a extensão como cursos e serviços especiais que alcançariam a comunidade, através de atividades de ensino e os resultados das pesquisas realizadas. Além disso, as instituições deveriam proporcionar ao corpo discente a participação em programas de melhoria de vida da comunidade, no processo de desenvolvimento geral e ainda assegurar a realização de programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos. Foi a partir dessa lei que a extensão universitária se tornou obrigatória em todas as instituições de ensino superior (MELO, 2011).

Em 1968, através da Lei 5.540 e das pressões feitas pela UNE, que passou a viver clandestinamente após ser cassada, a reforma universitária foi instituída e a extensão passou a ser tratada como uma das finalidades da universidade. Durante a década de 1980, vários agentes como a *Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior* – ANDES, e a *Federação de Servidores das Universidades Brasileiras* – FASUBRA, desempenharam papéis importantes na construção da nova universidade. O destaque deste período foi o *Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras* – FORPROEX, criado em 1987, coordenando nacionalmente a discussão sobre a Extensão universitária e que elaborou a *Política Nacional de Extensão*, tendo como base o *Plano Nacional de Extensão*, divulgado em 1999 (MELO, 2011).

Benincá (2011, p. 50) afirma que a universidade, “enquanto instituição, seu papel essencial é desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão com vistas à suplantar as mais diversas barreiras e fronteiras”. A partir da promulgação da CF/88, as universidades assumem, através das atividades de extensão, em conjunto com o ensino e a pesquisa, o papel de formar não só profissionais mas, especialmente, o de desenvolver em seus públicos alvo, estudantes e comunidade, o senso crítico e a sensibilidade para as demandas emergentes na sociedade.

1.2 Pergunta de pesquisa

Levando-se em conta o princípio constitucional da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, o ensino de administração no Brasil e o contexto em que está inserido o curso de administração do CAA/UFPE, procuramos responder a seguinte pergunta: Como a extensão universitária tem contribuído para a formação dos estudantes do curso de graduação em administração do Centro Acadêmico do Agreste – UFPE?

1.3 Justificativa

Os avanços tecnológicos vivenciados nos dias atuais, as constantes oscilações na economia mundial, as pressões para que sejamos sempre produtivos e que doemos todo nosso intelecto àquilo que fazemos criaram a necessidade de estarmos constantemente envolvidos nos trabalhos que exercemos dia a dia. A administração é uma área de ensino e atuação profissional que está intimamente ligada a esse novo ritmo frenético exigido atualmente. Entretanto, o mundo

e o trabalho são feitos de pessoas que vivem em comunidade e que buscam qualidade de vida não só nas profissões que exercem, mas em suas vidas individuais e coletivas, o que abrange também o meio ambiente pensando em sua preservação e sustentabilidade. Diante disto, como as universidades que oferecem cursos de graduação em administração têm preparado os estudantes, numa perspectiva humanística, sensível para o social e contextualizado com a realidade de sua região? Existe a preocupação em proporcionar uma formação que contemple os aspectos profissionais e também os sociais? Aktouf afirma que o conteúdo da formação do administrador tem de estar a serviço do objetivo social, tendo uma visão coletiva e comunitária.

[...] a administração confere uma importância demasiada ao cálculo e à matematização da reflexão. As abordagens quantitativas estão em todas as disciplinas, incluindo aquelas que tratam do fator humano, portanto do qualitativo, como o comportamento organizacional, por exemplo. Em certas disciplinas como as de metodologia de pesquisa, epistemologia, de marketing e, é claro, finanças e contabilidade, o cálculo é onipresente. A predominância do pensamento calculador e matematizante nos conteúdos de ensino de administração acarreta vários perigos. Em primeiro lugar, tende a privilegiar um modo de raciocínio formal, centrado na resolução rápida de problemas, fazendo do computador uma espécie de modelo ideal a imitar. Esse modo de raciocínio não favorece o desenvolvimento da inteligência, da sensibilidade, da intuição; favorece, antes, a aquisição de automatismos e de condicionamentos; é matemático, positivista e impessoal, se constrói para além da sensibilidade humana. Ele conduz à busca cega do lucro e da rentabilidade que são indiferentes ao sofrimento humano, ao desemprego, à miséria, à poluição e a outros problemas causados pela lógica economista e maximizadora dominantes. (AKTOUF, 2005, p.153)

Uma forma de aproximar os estudantes de administração e a comunidade acadêmica dos diversos setores da sociedade e das demandas que emergem dela, ultrapassando barreiras, complementando o ensino e a pesquisa, consiste na extensão universitária. Através das ações extensionistas, quando não “coisifica” o ser humano e seu saber, como nos diz Freire (1969), transformando-os em alvos a serem modificados, em lugar de participantes de mesma importância da contribuição que se pretende, docentes, discentes e sociedade, interligam-se, interagem e enriquecem suas experiências e seus conhecimentos. Serrano (2011) nos diz que, ao não atentar para a cultura da população a quem se destina, esta extensão é antidialógica e manipuladora. Nesse sentido, torna-se importante a compreensão da concepção e da contribuição da extensão universitária na consecução de um curso de administração que atenda às demandas

regionais, formando profissionalmente, sem desmerecer a necessidade de também comprometer os futuros administradores com a realidade social local.

A presente pesquisa foi realizada no Centro Acadêmico do Agreste – CAA da UFPE, analisando a influência da extensão na formação dos estudantes do curso de graduação em administração. O curso funciona em dois turnos, manhã e noite, desde que o CAA foi inaugurado no ano de 2006, e ainda está em fase de consolidação estrutural, não possuindo ainda dependências definitivas e quadro de servidores suficiente para atender a sua demanda, mas, mesmo diante de muitas limitações, têm sido desenvolvidas ações extensionistas nos mais diversos segmentos sociais locais, com envolvimento de vários docentes e estudantes.

No ano de 2013, por exemplo, foram submetidas setenta e seis ações de todos os cursos do CAA nos editais da PROEXT, dezesseis contemplados com recursos da UFPE e sessenta com fomento externo. Desses, doze foram originárias do curso de graduação em administração, sendo seis contemplados com recurso. Mas, apesar de tais dados representarem um crescimento em relação aos anos anteriores, conforme relatório anual da *Coordenação Setorial de Extensão – CSE/CAA*, pode-se constatar desencontros na compreensão da relevância e do papel da extensão universitária na formação dos estudantes e por isso, muitas atividades têm enfoques diferenciados que se estendem desde uma verticalização do saber entre universidade e sociedade até a realização de atividades que não parecem se relacionar com o ensino e a pesquisa e, nem mesmo, parecem cumprir seu papel social, conforme o conceito de extensão elaborado pelo *Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras – FORPROEX*, divulgado na *Política Nacional de Extensão* e utilizado pela UFPE, que diz que:

[...] extensão universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (PNE, 2009 p. 42).

Foi a partir da constatação de tais dificuldades de compreensão, e ainda, após a leitura da dissertação de mestrado de Anselmo Mendonça Júnior, técnico administrativo do CAA/UFPE, com o tema “*A universidade e o patrimônio cultural: Uma análise das ações de extensão do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco com vistas à preservação da Feira de Caruaru, patrimônio cultural imaterial do Brasil*” que optamos por realizar nosso trabalho de conclusão de curso pesquisando a relevância das ações extensionistas para a formação dos estudantes do curso de graduação em administração do CAA. Nesse sentido,

buscamos entender como se dá o ensino da administração no Brasil e no CAA/UFPE, através do estudo das Diretrizes Curriculares para a Formação do Administrador no Brasil e do Projeto Pedagógico do Curso de administração do Centro Acadêmico do Agreste, respectivamente, e qual é a relação estabelecida entre esses documentos e a finalidade da extensão universitária.

E ainda realizamos entrevistas com os docentes do curso de graduação em administração do CAA/UFPE. Utilizamos como critério para escolha dos entrevistados apenas, ser professor de dedicação exclusiva do curso de graduação e estar disponível para participar da entrevista no período de sua realização.

1.4 Objetivos geral e específicos

Objetivo geral:

- Analisar as propostas de atividades de extensão realizadas por docentes do curso de graduação em administração do CAA/UFPE, percebendo como a extensão universitária tem contribuído para a formação dos estudantes do CAA/UFPE.

Objetivos específicos:

- I - Identificar os aspectos que indiquem qual é a relevância atribuída à extensão universitária no curso de graduação em administração do Centro Acadêmico do Agreste – UFPE;
- II - Avaliar a adequação da concepção de extensão das atividades propostas por docentes do curso de graduação em administração do CAA/UFPE em relação às Diretrizes Nacionais de Extensão, presentes na Política Nacional de Extensão da FORPROEX;
- III - Perceber quais são as contribuições das ações de extensão para a formação dos estudantes de administração do curso do CAA/UFPE.

1.5 Organização da monografia

Para apresentar os resultados da pesquisa que resultou nesse trabalho de conclusão de curso, dispomos inicialmente, no presente capítulo, a contextualização da temática, abordando panoramicamente o surgimento da universidade no mundo e da extensão, para situar a realidade brasileira e da UFPE. Apresentamos, ainda, a pergunta de pesquisa, a relevância que ela assume no contexto do CAA/UFPE, através da justificativa e, enfim, o objetivo geral e os específicos que indicam os resultados pretendidos com o trabalho.

No segundo capítulo expomos a fundamentação teórica da pesquisa, em que discutimos o conceito de extensão universitária e sua história, bem como, tratamos do panorama histórico do Curso de administração no Brasil e de suas diretrizes, através do aporte de autores da área e de documentos do MEC utilizados na avaliação e na elaboração de novas propostas de cursos. No terceiro capítulo apresentamos a delimitação de nossa pesquisa, analisamos a relação da extensão universitária no curso de administração no CAA e na UFPE. A metodologia é apresentada no quarto capítulo. Nele, procuramos esclarecer os procedimentos metodológicos adotados, os instrumentos de coleta de dados e o processo de análise e síntese das informações.

A análise e discussão dos resultados são apresentadas no quinto capítulo, em que é explicitado o trato da análise das informações coletadas, verificando e discutindo a relevância e pertinência das ações de extensão desenvolvidas para o curso de administração do CAA/UFPE, através de documentos como as Diretrizes Curriculares Nacionais e o Projeto Pedagógico do Curso – PPC que orientam as práticas do curso quanto à extensão. Por fim, no sexto capítulo, tecemos as considerações finais, em que expomos as conclusões em relação aos objetivos, bem como, as limitações da pesquisa, algumas sugestões para o curso de graduação em administração do CAA/UFPE e para a realização de trabalhos de pesquisa futuros.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção desenvolvemos as temáticas que fundamentaram teoricamente a pesquisa. Elaboramos a construção do panorama histórico do curso de administração no Brasil, como também a formação do administrador, as diretrizes curriculares do curso e como a extensão é trabalhada nas diretrizes.

2.1 O curso de graduação em administração no Brasil

O ensino da administração no Brasil se propagou a partir da industrialização do mercado entre o fim da década de 1940 e o início da década de 1950. Foi necessário que órgãos públicos e empresas privadas reorganizassem, aperfeiçoassem e, até mesmo, criassem novas formas de gestão para atender a demanda que crescia. “Eram necessidades criadas pelo crescimento econômico, pelo desenvolvimento de infra-estrutura social e pela infraestrutura nascente de transportes, energia e comunicações” (NICOLINI, 2003, p. 45). Nesse contexto, tornaram-se necessários administradores qualificados para os novos trabalhos. Visando suprir essa lacuna, em 1953 foram feitos acordos de cooperação com os Estados Unidos que objetivaram a prestação de serviços de assistência técnica para a formação do recurso humano, especializando-o, particularmente, na área da administração, como peça fundamental para o desenvolvimento do país (FISHER, 1993).

Antes disso, o ensino da administração era ofertado, em 1930, pelo *Instituto de Organização Racional do Trabalho* – IDORT, e pelo *Departamento Administrativo do Serviço Público* – DASP. Em 1931 foi criado o *Ministério da Educação* que regulamentou o ensino em todos os níveis e, no nível universitário, criou o *Curso Superior de Administração e Finanças* que formava bacharéis em Ciências Econômicas, mesmo que este ainda tivesse grande preocupação em capacitar novos profissionais de administração (NICOLINI, 2003). Só em 1954, através da *Fundação Getúlio Vargas* - FGV, instituída em 1944 e originária do DASP, tendo como objetivo a especialização de pessoal em administração pública e privada, é que foram oferecidos cursos com currículos especializados, um em administração pública com a *Escola Brasileira de*

Administração Pública – EBAP, 1952, e o outro em administração de empresas com a *Escola de Administração de Empresas de São Paulo* – EAESP, em 1954. A formação proporcionada pela FGV era bastante influenciada pelos moldes norte americano, visto que o acordo de cooperação acima mencionado foi firmado com a Fundação para que se concretizasse a criação do curso (PIZZINATTO, 1999).

Em 1959 foi assinado, dentro dos termos do acordo de cooperação, um convênio de suma importância para a ampliação do curso de graduação em administração do Brasil, este convênio recebeu o nome de *Programmes in Business Administration* – PBA-1, ele foi tratado como uma solução estratégica para os problemas de gerenciamento que o país enfrentava. O programa tinha como proposta a formação de professores em administração pública e privada, que posteriormente deveriam formar um número suficiente de técnicos em administração para abastecer as repartições públicas e as empresas privadas. Para isso, foram enviados bolsistas à Universidade do Sul da Califórnia, para o estudo da administração pública e à Universidade do Estado do Michigan, para o estudo da administração de empresas (FISHER, 1993).

O curso de graduação em administração, através do acordo de cooperação técnica, foi uma das áreas que mais recebeu recursos para sua expansão e qualificação. De todo o investimento feito entre o período de 1952 a 1963, 39,9% foi destinado ao curso de administração, dividido da seguinte forma: 22% para administração de empresas e 17,7% para administração pública. A partir de todas essas mudanças e investimentos, os cursos de graduação em administração se propagaram exponencialmente por todo país (FISHER, 1993).

Segundo Nicolini (2003), um fator que alavancou a expansão do ensino da administração no Brasil foi a criação da categoria de “técnico em administração” que transformava o exercício da profissão em administração pública ou privada em cursos regulares de ensino superior, regulamentados pelo *Conselho Federal de Educação* – CFE que também fixou o currículo mínimo e a duração dos cursos. A EAESP despontou como referência durante a propagação dos cursos de graduação em administração, já que sua proposta de ensino, focado no treinamento e intercâmbio na área de negócios, adaptou-se facilmente ao desenvolvimento vivido no país naquele período.

2.1.1 Formação do administrador no Brasil

O primeiro perfil do administrador brasileiro foi delineado pela Lei 4.769 de 1965 que dizia que o profissional da área deveria: a) elaborar pareceres, relatórios, planos, projetos, arbitragens e laudos em que se exija a explicação de conhecimentos inerentes às técnicas da organização; b) fazer pesquisas, estudos, análise, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos nos campos da administração, como administração e seleção de pessoal, organização e métodos, orçamentos, administração de material, administração financeira, administração mercadológica, administração de produção, relações industriais, bem como outros campos em que esses se desdobrem ou aos quais sejam conexos.

Em nenhuma das atribuições do administrador delimitadas na lei acima descrita conseguimos enxergar a questão social como ponto a ser alcançado, compreendido e influenciado. Para Aktouf (2005) o papel que deve assumir o administrador é o de intermediar os interesses do capital e do trabalho, assegurando que as atividades da empresa mantenham a integridade dos ecossistemas. Para isso, ainda segundo o autor, o ensino da administração deve voltar-se não só para a maximização do interesse do capital, mas também para negociar decisões conjuntas entre os setores de interesse.

Em 1966, o CFE através do parecer 307, fixa o primeiro currículo mínimo do curso de graduação em administração, nele foi definido o núcleo de matérias que deveriam ser consideradas indispensáveis para a boa formação do profissional em administração, a saber, matemática, estatística, contabilidade, teoria econômica, economia brasileira, sociologia e psicologia aplicadas à administração, entre outras contempladas até os dias atuais no desenho curricular do curso. Foi também a partir da fixação deste currículo que a carga horária mínima de 2.700 horas foi definida (PIZZINATTO, 1999).

Com o passar dos anos e com o entendimento de que a administração está inserida numa realidade social abrangente e em constante modificação, verificou-se a necessidade de uma reformulação curricular dos cursos de administração. A proposta parte de um grupo de trabalho constituído em 1982 pela *Secretaria de Educação Superior* do MEC. Essa proposta de reformulação foi submetida à avaliação de instituições de ensino superior e associações de profissionais da área de administração. Em conjunto, reuniu esforços em prol dessa reformulação o *Conselho Federal de Administração* – CFA, realizando seminário nacional em 1991 para que

também fosse difundida entre as IES a importância do currículo pleno, objetivando que o foco do ensino da administração não estivesse somente em formar solucionadores de problemas, reprodutores de forças produtivas e das relações sociais, mas sim graduar promotores de novas relações sociais e produtivas (PIZZINATTO, 1999).

Pizzinatto (1999) afirma que historicamente o curso de graduação em administração passou por várias mudanças quanto à compreensão da atuação do profissional da área. Pessoas relacionadas ou interessadas na temática se posicionavam de forma divergente quanto à formação do administrador. Alguns priorizavam a ênfase na formação de gerentes, deixando de lado questões filosóficas e sociológicas, enquanto outros acreditavam que o administrador deveria estar preparado para lidar com os conflitos ocorridos dentro da empresa e ao mesmo tempo, entender o que acontece na sociedade. Para isso, seria necessário estudar algumas disciplinas das ciências humanas de forma tão ampla quanto às demais áreas.

Com a resolução 02/93, do CFE, que foi resultado de todas as discussões em torno da definição do novo currículo mínimo e de toda preocupação com a qualidade do ensino de administração, foram definidas cargas horárias para as categorias de conhecimentos. Um dos maiores méritos desta resolução estava em disponibilizar espaço para que as instituições adequassem o currículo às necessidades regionais, por meio da formação complementar e do estágio supervisionado (PIZZINATTO, 1999).

Mesmo com a alteração feita no currículo mínimo da administração, os estudos de matérias relacionadas aos aspectos sociais e ambientais, que poderiam humanizar o profissional graduado na área, não foram inclusos efetivamente no currículo. Aktouf (2005) adverte que o ensino da administração deve ser desmistificado da crença implícita de que no mercado e no cálculo econômico encontram-se as soluções para todos os problemas. Foi só a partir da implementação de sistemas de avaliação dos cursos de ensino superior no Brasil, como o *Exame Nacional de Cursos* – ENC, criado em 1995 e aprovado e regulamentado em 1996, que a questão ambiental ganhou peso na formação daqueles que passariam por tal avaliação (PIZZINATTO, 1999).

Finalmente o perfil do graduado em administração foi divulgado no artigo 3º da resolução 4, de julho de 2005, que definia também as diretrizes curriculares:

[...] como perfil desejado do formando, capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu

gerenciamento, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador.

Com este novo perfil o administrador passa a ter de desenvolver novas habilidades, levando em consideração sua capacidade de contextualização, flexibilidade e adaptação ao meio no qual está inserido e onde trabalhará e desenvolverá seus conhecimentos e técnicas. O administrador deve estar apto a gerenciar de maneira que suas decisões contemplem todas as variáveis possíveis, e para isso, é necessário que os cursos de graduação em administração ofertados, possibilitem através de seus desenhos curriculares, estudos que abranjam o social indo além do capital. As diretrizes curriculares do curso de administração no Brasil indicam como as instituições de ensino superior devem estabelecer seus desenhos curriculares de forma que o graduado obtenha as habilidades necessárias no decorrer do curso.

2.1.2 Diretrizes curriculares do curso de graduação em administração no Brasil

As diretrizes curriculares do curso de bacharelado em administração no Brasil foram definidas, como já mencionado, pela resolução 4 de 2005, através da *Câmara de Educação Superior – CES do Conselho Nacional de Educação – CNE* e em seu artigo 4º trata das competências e habilidades que o formando em administração deve obter no decorrer de sua graduação, a saber:

Art. 4º O Curso de Graduação em administração deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

- I – reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- II - desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;
- III – refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
- IV – desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se

de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;

V – ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;

VI – desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável;

VII – desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações; e

VIII – desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.

Quanto aos projetos pedagógicos e a organização curricular de cada instituição de ensino superior, as diretrizes curriculares instruem, obedecendo obviamente ao currículo mínimo estabelecido no parecer 307/66, em seu art. 5º:

Art. 5º Os cursos de graduação em Administração deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio através da utilização de tecnologias inovadoras e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

I – Conteúdos de Formação Básica: relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas;

II – Conteúdos de Formação Profissional: relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços;

III – Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias: abrangendo pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração; e

IV – Conteúdos de Formação Complementar: estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando.

As diretrizes curriculares direcionam os projetos pedagógicos das IES para a formação de bons profissionais quanto à técnica e quanto à função que desenvolverá, ainda é possível identificar a abordagem de questões como a experiência cotidiana e da interdisciplinaridade como

fatores que devem estar presentes para o enriquecimento da formação. Os problemas referentes às relações de trabalho eram pouco relevantes na criação do curso de graduação em administração. Quanto à formação do administrador e a maneira como se dá o ensino da administração no Brasil Mota afirma que, “nota-se, claramente, que as escolas de administração não estão formando administradores-políticos; imbuídos de uma visão transformadora da realidade social [...]” (1983, p. 55). O curso de graduação em administração pode-se concluir, apresenta-se, em geral, com características técnicas, abordando ainda timidamente temas de cunho social e político.

2.1.3 A extensão universitária nas diretrizes do curso de graduação em administração

A extensão universitária é parte integrante das atividades desenvolvidas pelas instituições de ensino superior. Lado a lado com o ensino e a pesquisa, a extensão deve ser desenvolvida em todas as atividades dos cursos de graduação, obedecendo ao princípio constitucional da indissociabilidade. Mas, há espaço para extensão universitária em cursos como o de administração? Qual a relevância que tem a extensão nas diretrizes curriculares do curso de administração?

A administração traz em si a característica do pragmatismo, do desenvolvimento de atividades com vistas ao alcance dos objetivos que maximizam os lucros e minimizam os custos. Chiavenato (2003) afirma que a tarefa básica da administração consiste em realizar atividades através de pessoas de maneira eficiente e eficaz. Por isso, o ensino da administração está direcionado ao atendimento desta necessidade do mundo globalizado, que busca profissionais que estejam aptos às demandas do mercado. Podemos entender que as instituições que se prestam ao ensino de administração têm como objetivo formar profissionais preocupados com questões organizacionais, em graduar solucionadores dos problemas das empresas e organizações, mas até que ponto o ensino da administração contextualiza suas teorias a realidade de cada região? Qual e como se dá a aproximação dos cursos de administração, oferecidos no Brasil, com a realidade do país?

A extensão universitária pode ser um canal de diálogo entre comunidade e universidade bastante utilizado nas práticas do ensino da administração, para minimizar a distância entre a teoria e a prática, e entre o empírico e o tangível. Toaldo *apud* Melo (2011) defende a importância da extensão na formação acadêmica do alunado ao dizer que as atividades de

extensão trazem benefícios como, o conhecimento da realidade, a formação prática, o treinamento interdisciplinar e interprofissional, a motivação e a maturidade, e, por fim, a consciência social.

O estudo das diretrizes curriculares revela que poucas vezes é mencionada a extensão e que a importância dada a ela é de uma atividade complementar que a IES pode implementar em seu currículo.

Art. 8º As atividades complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As atividades complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com o estágio curricular supervisionado.

As diretrizes enfatizam, no parágrafo único, a importância em que se constitui a experiência do graduando com atividades complementares que enriqueçam seu perfil profissional, inserindo-o em ambientes que o expõe ao confronto com a realidade contextualizada.

2.2 A extensão universitária

O *Plano Nacional de Extensão* publicado em novembro de 1999, conceitua a extensão como sendo “o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.”. Caracterizando-a como uma:

[...] prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da população que possibilita a formação do profissional cidadão e se credencia, cada vez mais, junto à sociedade, como espaço privilegiado de produção de conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes.

Extensão se constitui como uma finalidade da universidade na construção da interação do aluno-professor-sociedade e na elaboração de um projeto político-pedagógico da universidade

(Jezine *apud* Melo, 2011). O *Fórum Nacional de Pró-Reitores* em sua *Política Nacional de Extensão Universitária*, publicada em 2009, conceitua a atividade de extensão como:

[...] uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da *práxis* de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido a reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

O conceito da FORPROEX é o mais recente e contempla de forma mais ampla a construção de uma extensão preocupada com a interação entre universidade e sociedade, mas até que se chegasse a essa conceituação a extensão trilhou outros caminhos, passando por três momentos anteriores. Serrano (2011) faz um panorama do desenvolvimento conceitual da extensão, dividindo-o em quatro momentos, apresentados a seguir.

- Transmissão vertical do conhecimento e a extensão de serviços

Na sua primeira fase a extensão servia como canal transmissor do conhecimento acadêmico até aqueles que não tinham acesso, como uma forma de elevar o nível da cultura e o saber da sociedade que estava distante do ambiente acadêmico. Eram oferecidos cursos e conferências para a sociedade, com vistas a repassar o conhecimento produzido. A luz do pensamento freiriano, a autora indica o problema que pode ser encontrado nessa perspectiva de extensão, afirmando que a verticalização acaba por impor um conhecimento sob o outro, e não permite o diálogo nem a construção do saber entre os envolvidos na atividade. Neste sentido, há apenas uma forma de pensar correta e esta é a da academia.

- Voluntarismos

O segundo momento da evolução histórica da extensão, de acordo com Serrano (2011), foi denominado de voluntarismo. Aqui a extensão sofreu grandes influências da Igreja na Europa, através dos jesuítas que começaram a sair das dependências de suas escolas para dar aulas aos pobres como ação filantrópica e dos movimentos estudantis na América Latina, especialmente em Córdoba, 1918, na Argentina, em que ocorre um manifesto estudantil que objetivava a conquista

de uma reforma da universidade, para que a mesma alcançasse a sociedade e contribuísse para a resolução dos problemas sociais. Este manifesto é compreendido como o marco do movimento extensionista universitário. No Brasil, o período da extensão como voluntarismo se deu com o foco nas atividades culturais, em que foram criadas salas de leituras, experiências de rádio cultura, difusão cultural, além dos cursos e conferências abertas objetivando a discussão e soluções dos problemas sociais. Nesta fase, a universidade começa a desenvolver uma relação com a sociedade de maneira que a cultura e o saber universitário se desenvolvem em interface com a cultura local. O voluntarismo traz para a universidade a conscientização da necessidade da mudança em sua forma de atuar na sociedade.

- Sócio-comunitária institucional

A terceira etapa de conceituação histórica da extensão é denominado pela autora de ação sócio-comunitária institucional. No Brasil os movimentos de transformação universitária começam no início da década 1930 com a criação do *Estatuto das Universidades*, que normatizou a definição das atividades de extensão. Essa normatização institucionalizou a extensão centrando-a na forma de cursos e na disseminação do conhecimento unilateralmente, como acentua Serrano (2011), “de uma universidade que sabe para uma comunidade que não sabe”. Essa forma de extensão se torna manipuladora, e no Brasil nasce como um meio de domesticação. Segundo a autora, a ação sócio-comunitária institucional surgiu a partir de uma tentativa do governo militar de se contrapor a extensão emancipadora, que era entendida como uma ação de risco ao regime militar no Brasil. A natureza institucional da extensão desenvolvida nesse período, tinha como característica não ser vinculada as universidades e realizada de maneira que os estudantes que se envolviam nessas atividades não conhecessem a realidade da comunidade em sua totalidade. A partir dessa forma de extensão institucional nascem o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC, em 1966 que tomou como seus objetivos o foco da manutenção da ordem e segurança nacional e o Projeto Rondon, em 1968.

- Acadêmico Institucional – Extensão na perspectiva dialógica

O quarto período vivido pela extensão universitária é o conceito de extensão formulado pela FORPROEX, é o acadêmico institucional, que traz uma concepção de autonomia e transformação da universidade. No início de 1960 nasceu, na Universidade do Recife, o método de Paulo Freire e suas teorias como o movimento Extensão Cultural, porém o projeto foi abortado pelo regime militar e Paulo Freire cassado e proibido de publicar suas ideias no Brasil. Foram as ideias de Freire que influenciaram e fundamentaram os conceitos e práticas da extensão que foram institucionalizadas em 1980. A partir disto, entrou em discussão a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão e a descaracterização da extensão como oposição política. Conceitos como a troca de saberes e a produção de conhecimento por meio da extensão são considerados.

O conceito da FORPROEX, segundo Serrano (2011) é o que “apresenta uma extensão universitária democrática, que é instrumentalizadora do processo dialético teoria/prática e que problematiza de forma interdisciplinar, possibilitando uma visão ampla e integrada da realidade social”. Este conceito traz em si a característica do diálogo e do respeito à cultura do outro, aproximando universidade e sociedade, oferecendo discussões abrangentes e realistas quanto às problemáticas sociais.

2.2.1 História da extensão universitária no Brasil

As primeiras atividades já denominadas como extensão, desenvolvidas no Brasil ocorreram entre 1911 e 1917. A Universidade Livre de São Paulo oferecia conferências e eventos abertos ao público que abordavam diversos temas, mas que não tratava das problemáticas sociais e políticas da época. O *Estatuto das Universidades Brasileiras* delineou, em 1931, a extensão como sendo atividades que apresentassem soluções para os compromissos sociais e a propagação de ideias e princípios de interesse nacional, não apenas a realização de cursos e conferências que tinham como objetivo difundir os conhecimentos considerados úteis para a vida individual e coletiva (CARBONARI, 2007).

O Estatuto das Universidades definiu a extensão como:

Art. 35 – Cursos de extensão universitária, destinados a prolongar, em benefício coletivo, a atividade técnica e científica dos institutos universitários.

Art. 42. A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outros organizados pelos diversos institutos da universidade, com prévia autorização do conselho universitário.

§ 1º Os cursos e conferências, de que trata este artigo, destinam-se principalmente à difusão de conhecimentos úteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de ideais e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais.

§ 2º Estes cursos e conferências poderão ser realizados por qualquer instituto universitário em outros institutos de ensino técnico ou superior, de ensino secundário ou primário ou em condições que os façam acessíveis ao grande público.

Art. 109. A extensão universitária destina-se à difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literário e científico, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo.

Em resumo, a Lei 19.851 conceituou a extensão como uma atividade universitária que tinha como objetivo levar aos que estavam fora do ambiente acadêmico o conhecimento e os benefícios do mesmo, ampliando assim o “nível cultural geral do povo”. Com a modificação no nome da Universidade do Rio de Janeiro passando a ser Universidade do Brasil, pela Lei 452, em 1937, que a transformou em padrão nacional, e que adotou um posicionamento de distanciar-se da sociedade, as atividades de extensão não foram mais desenvolvidas, até que a UNE retomasse essas atividades através da Universidade Rural do Brasil, criada em 1943.

A UNE foi um dos movimentos da época que influenciou as transformações ocorridas na Universidade, após sua criação foi elaborado o *Plano de Sugestões para uma Reforma Educacional Brasileira*, em 1938. Esse plano influenciou a elaboração da Lei 5.540 de 1968, que em seu art. 20 diz que “as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes”.

A partir de 1960, período de movimentações populares e de reformas sociais, as atividades de extensão passaram pela transição conceitual da difusão do conhecimento de forma verticalizada e dominadora, para uma interação na realidade social, política e cultural do país, buscando a contribuição para a transformação social (CARBONARI, 2007). Em 1961, surgiu a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, número 4.024, mas essa não conferiu novidades ao conceito estabelecido anteriormente à extensão (MELO, 2011). Em 1975 o MEC, elaborou um

plano de trabalho que compreendia a extensão como um meio através do qual a universidade atenderia a comunidade e outras instituições e em contrapartida seria retroalimentada no ensino e na pesquisa. Em 1980 a extensão brasileira foi utilizada para a realização de práticas que garantissem os direitos humanos, o assistencialismo e a emancipação conviviam em harmonia nessas propostas. Em 1987, é criado em Brasília, o *Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*, para discutir a conceituação da extensão como também buscando organizar um órgão próprio dentro das IES que articulasse as ações de extensão, que tivesse orçamento próprio e que criasse métodos claros para aferir os resultados e estratégias de divulgação (CARBONARI, 2007).

Segundo Melo (2011), neste Fórum foram elaboradas diretrizes que se consolidaram com o passar dos anos e foram elas:

- Formulação de metas e políticas para a extensão universitária;
- Plano Nacional de Extensão Universitária; criação das áreas temáticas;
- Um sistema de avaliação;
- Rede Nacional de Extensão Universitária – RENEX; e o Sistema Nacional de Informações de Extensão, SIEX/Brasil – Banco de dados sobre as práticas de extensão no país, que posteriormente foi atualizado passando a se chamar SIGProj.

Em 1988 a CF conferiu as universidades autonomia em suas práticas de ensino e de gestão, e institui o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, como uma obrigatoriedade das IES. Em 1990, a extensão foi caracterizada por sua herança histórica de contradições. Nesse período houve a expansão do ensino superior privado o que modificou o cenário do ensino superior no Brasil e fomentou a discussão da representatividade da instituição universitária no cenário internacional globalizado. Em 1996, a Lei 9.394, *Diretrizes e Bases da Educação Nacional* e o *Plano Nacional de Extensão* voltam à questão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e fazem com que as IES reavaliem sua função social questionando a natureza de suas atividades-fim (CARBONARI, 2007).

Em 2004, segundo Carbonari (2007), o *Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior* – SINAES, afirmou que a extensão deveria orientar-se em valores educativos, priorizando a integração com o ensino e a pesquisa, ressaltando a importância da transferência do conhecimento produzido e da interferência no desenvolvimento regional ou nacional das

instituições de ensino superior. O SINAES reforçou a importância de a atividade de extensão cumprir com o proposto na missão de cada instituição e do processo de aprendizagem que leva em consideração o social e que desenvolve no estudante o senso crítico que contribui para sua formação como cidadão.

A extensão no Brasil percorreu um longo histórico até chegar ao que conhecemos atualmente, e apesar de ter sido bastante discutida e de docentes, discentes, movimentos sociais e estudantis terem sempre se mobilizado no sentido da conquista do espaço devido a este fim da universidade, ainda são poucos os incentivos ao desenvolvimento de ações de extensão. O governo lança políticas que fomentam as atividades de ensino e de pesquisa, por exemplo, na área de pesquisa a Lei 11.487 de 2007, que beneficia com renúncia fiscal, empresas que investem em instituições públicas que desenvolvem pesquisas em projetos de inovação científica e tecnológica, e na área do ensino podemos citar o Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID, este programa recebeu no ano de 2008, recursos orçamentários de setenta e cinco milhões de reais para a distribuição de bolsas entre os alunos participantes, mas no que se refere à extensão, são lançados programas que oferecem recursos financeiros limitados, em comparação aos citados.

2.2.2 As Diretrizes para Ações de Extensão

Embasando-se na lógica desse conceito de Extensão democrática e dialética, a FORPROEX em sua *Política Nacional* definiu também as Diretrizes para as ações de Extensão. Essas delimitam as características que devem acompanhar as atividades que serão submetidas e posteriormente realizadas. Tais diretrizes são importantes ferramentas, pois norteiam a elaboração das atividades de extensão. O proponente que as têm como orientação desenvolverá uma ação que contempla o ensino e a pesquisa, como também aspectos sociais. Apresentamos abaixo as cinco diretrizes como também seus conceitos.

- Interação Dialógica

A primeira é a Interação Dialógica, que orienta para o desenvolvimento de experiências entre universidade e setores sociais “marcadas pelo diálogo e troca de saberes, superando-se

assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais” (POLITCA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2009, p. 47).

De acordo com a descrição divulgada na Política Nacional, podemos destacar alguns pontos que a caracterizam:

- Relação universidade outros setores – diálogo e troca de saberes.
 - Conhecimento novo – superação de desigualdade, exclusão.
 - Metodologias participativas que democratizem o conhecimento.
 - Dimensão ética.
-
- Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade

A Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade busca superar a dicotomia que vem acompanhando as ações extensionistas ao longo dos anos, que separa as ações em atividades generalistas que têm visão holista, tentando apreender a complexidade do todo, ou ações mais específicas que têm visão especializada, mas que acabam no parcelamento do todo (POLITCA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2009).

- Indissociabilidade Ensino- Pesquisa- Extensão

A Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão parte do pressuposto que “as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (ensino) e de geração de conhecimentos (pesquisa)” (POLITCA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2009, p. 49-50).

Esta diretriz quando se refere à relação extensão e ensino coloca o estudante numa posição de protagonista de sua formação profissional, em que o mesmo passa por um processo de alcance de competências que o acompanharão no desenvolvimento de sua profissão. Além da formação profissional, a indissociabilidade no aspecto da relação extensão e ensino proporciona também a formação cidadã, e a partir desta, o estudante passa a reconhecer-se como agente de transformação social (POLITCA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2009).

Há ainda a relação extensão e pesquisa que preconiza a produção de conhecimento através da Extensão que se sustentará em metodologias participativas nos moldes da pesquisa-ação. Estes métodos oportunizam a aproximação da comunidade e a participação da mesma, permitindo que os envolvidos na ação possam apreender os saberes e as práticas e conhecer os valores e princípios da comunidade (POLITCA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2009).

- Impacto na Formação do Estudante

Essa diretriz busca incentivar a realização de atividades em que o estudante esteja envolvido e possa ser impactado através da ação de extensão. Segundo o FORPROEX, o estudante que tem contato com as ações extensionistas podem, ampliar seu universo de referências através do contato direto com as grandes problemáticas contemporâneas, o que favorece o enriquecimento da experiência do estudante (POLITCA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2009).

- Impacto e Transformação Social

Reafirma a inter-relação da universidade com os demais setores sociais, operacionalizada através da extensão universitária. “A expectativa é de que, com essa diretriz, a extensão universitária contribua para o processo de (re)construção da nação, uma comunidade de destino, ou de (re)construção da *polis*, a comunidade política” (POLITCA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2009, p. 54).

A diretriz Impacto e Transformação Social objetiva uma atuação transformadora, que atenda o interesse e necessidade da população e que proporcione o desenvolvimento social e regional, atuando também para o aprimoramento de políticas públicas junto aos demais setores sociais. É importante deixarmos claro que a transformação deve ocorrer para ambas às partes, universidade e sociedade. O impacto produzido pelas ações de extensão deve atingir todos os envolvidos. No próximo capítulo analisamos a relação desenvolvida entre o curso de graduação em administração do CAA/UFPE e a extensão universitária a fim de identificar como as

diretrizes nacionais para ações de extensão são aplicadas nas propostas direcionadas para os estudantes do curso.

3. O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DO CAA/UFPE E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Neste capítulo procuramos apresentar a delimitação da pesquisa, visto que realizamos um estudo do caso do curso de graduação em administração que está lotado no Núcleo de Gestão do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco, relacionando com a extensão universitária realizada.

3.1 A Universidade Federal de Pernambuco

A Universidade Federal de Pernambuco – UFPE começa sua história com o nome de Universidade do Recife – UR, em 11 de agosto de 1946, data de sua fundação, criada por meio do decreto de Lei 9.388, de 20 de junho de 1946. A UR reunia a Faculdade de Direito do Recife, a Escola de Engenharia de Pernambuco, a Faculdade de Medicina do Recife, com as escolas anexas de Odontologia e Farmácia, a Escola de Belas Artes de Pernambuco e a Faculdade de Filosofia do Recife (MELO, 2011). Em 1947, pelo projeto de Lei 159, e com recursos cedidos pelo governo do Estado, projetou-se a Cidade Universitária, sua construção iniciou-se em 1948. Mas foi só em 1965 que a Universidade do Recife passou a fazer parte do grupo de Instituições Federais, intitulada como Universidade Federal de Pernambuco.

Atualmente, segundo avaliação do *Ministério da Educação* – MEC, levando-se em consideração o desempenho dos alunos no ENADE, a estrutura da instituição, o *Índice Geral dos Cursos* – IGC, e a titulação e produção científica dos professores da pós-graduação, a UFPE é reconhecida como uma das melhores instituições de ensino superior do país (MELO, 2011). Assumiu como sua missão, “promover um ambiente adequado ao desenvolvimento de pessoas e à construção de conhecimentos e competências que contribuam para a sustentabilidade da sociedade, através do ensino, pesquisa, extensão e gestão.” (Plano de Desenvolvimento Institucional, 2009/2013, p. 18).

A UFPE possui na sua estrutura funcional, oito Pró-Reitorias, conforme Anexo 1 - Organograma da UFPE, dentre as quais quatro estão ligadas ao funcionamento administrativo, e são elas, a Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças – PROPLAN; a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida - PROGEPE; a Pró-Reitoria de Gestão Administrativa –

PROGEST; e a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAES. As outras três Pró-Reitorias trabalham o ensino, a pesquisa e da extensão. A Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos – PROACAD responsabiliza-se por atuar junto aos estudantes, docentes, coordenadores de cursos, coordenadores das áreas básicas, chefes de departamentos e diretores de centro, garantindo a qualidade dos cursos de graduação e reafirmando o compromisso social do ensino articulado à pesquisa e a extensão. A Pró-Reitoria de Pesquisa – PROPESQ é responsável pelo núcleo de pesquisa da UFPE, atua como coordenadora da área de pesquisas e como estimuladora de iniciativas científicas inovadoras que possam sair do limite universitário para contribuir com o desenvolvimento regional.

A Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT estabelece políticas, diretrizes, estratégias específicas e planos de ação, além de acompanhar e produzir sistemas de avaliação da produção extensionista da Universidade. E recentemente, no ano de 2015, foi criada a Pró-Reitoria de Comunicação, Informação e Tecnologia da Informação – PROCIT (UFPE, Pró-Reitorias, 2015). A Pró-Reitoria de Extensão assume como missão institucional a promoção da relação transformadora entre a universidade e a sociedade, através da produção, socialização, memória e difusão do conhecimento¹. É ela a responsável, portanto, por todo fomento e acompanhamento das atividades extensionistas realizadas na UFPE.

A UFPE inserida no projeto do governo federal de interiorização das universidades federais expandiu seus campi em 2003, abrindo novos centros nas cidades de Vitória de Santo Antão e Caruaru. Os campi oferecem cursos de graduação nas mais diversas áreas de formação desde ciências sociais até áreas de saúde e tem atendido estudantes que em sua maioria são de cidades do interior, cerca de 90%. Como parte desse projeto, o Centro Acadêmico do Agreste tem desenvolvido suas atividades desde o ano de 2006. A seguir apresentamos um breve histórico do CAA.

3.2 O Centro Acadêmico do Agreste

O Centro Acadêmico do Agreste como parte do projeto de interiorização das Instituições Federais de Ensino Superior, foi inaugurado no ano de 2006 com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento social, econômico e cultural do interior e do Estado como um todo. O

¹ https://www.ufpe.br/proext/index.php?option=com_content&view=article&id=1&Itemid=71

município de Caruaru foi escolhido por ser considerado relevante no contexto da região do Agreste, que tem como características suas cadeias e arranjos produtivos nas áreas de confecção e da agroindústria (UFPE, CAA, 2014).

Com instalações iniciais no Polo Comercial de Caruaru, e quanto a isto, Mendonça Júnior, em sua dissertação de mestrado, em que analisa as ações de extensão realizadas no CAA/UFPE com vistas à preservação da Feira de Caruaru, como patrimônio cultural imaterial do Brasil, ressalta que o “CAA sofreu por estar situado em um ambiente por si só inadequado à realização das atividades acadêmicas” (MENDONÇA JÚNIOR, 2013, p. 50). O CAA/UFPE começou suas atividades contando com cinco cursos de graduação, administração, design, economia, engenharia civil e pedagogia. O Centro veio para suprir a necessidade de ensino gratuito e de qualidade na região, visto que as instituições de ensino superior existentes eram, em sua maioria, de iniciativa privada.

Em 2009, três anos depois de sua inauguração o CAA/UFPE foi transferido para o *campus* definitivo, e hoje, conta com onze cursos de graduação. Além daqueles que vieram desde a inauguração do Centro, foram instituídos também os cursos de engenharia de produção, as licenciaturas em química, física e matemática, como também a licenciatura intercultural indígena, direcionado à população indígena de Pernambuco, e que surgiu como um programa e, atualmente, está em processo de reconhecimento pelo MEC. Mais recentemente foi instituído também o curso de graduação em medicina que foi instalado em dependências externas ao Centro, tendo em vista que a construção do prédio próprio ainda está em andamento. Atualmente o CAA/UFPE possui em seu corpo docente duzentos e quarenta e um professores e acolhe três mil oitocentos e vinte e quatro estudantes de graduação, matriculados em disciplinas².

Além de ter suprido a necessidade da região ao oferecer cursos universitários gratuitos e de qualidade “o CAA trouxe também para Caruaru e região o incremento de pesquisas e de projetos de extensão que visam responder e intervir em problemas vividos pela população local, o que favorece cada vez mais a inserção da universidade nos demais setores da sociedade” (MENDONÇA JÚNIOR, 2013, p. 52).

Analizamos em nossa pesquisa como, através da extensão universitária, o curso de graduação em administração tem influenciado na formação dos futuros profissionais da área,

² Informações obtidas no segundo semestre do ano de 2014 através da Escolaridade e do setor de Gestão de Pessoas do CAA.

qualificando-os de forma abrangente para responderem aos problemas vividos na sociedade e demais setores da sociedade. Nas próximas seções apresentamos o curso de graduação em administração do CAA e posteriormente a extensão realizada na UFPE e no CAA.

3.3 O curso de graduação em administração do CAA/UFPE

O curso de graduação em administração do CAA/UFPE, em funcionamento desde a fundação do Centro, conta atualmente com setecentos e cinco alunos regularmente matriculados e vinte e oito professores efetivos de dedicação exclusiva, em sua maioria com doutorado ou em processo de doutoramento em administração ou nas áreas afins. Funcionando nos turnos da manhã e da noite, oferece duas entradas, totalizando cento e sessenta vagas anuais, sendo oitenta em cada entrada. Tendo como visão “formar cidadãos conscientes de sua capacidade de renovação do conhecimento em administração construindo e reconstruindo sua visão sobre o ambiente dinâmico dos negócios”³, recebeu na avaliação do *Exame Nacional de Desempenho de Estudantes* – ENADE o conceito cinco em 2012, o que o qualifica entre os melhores curso do CAA/UFPE.⁴

Lotado no Núcleo de Gestão do CAA/UFPE, o curso possui uma coordenação pedagógica, atualmente composta pelos professores Claudio Montenegro e Cícero Castro, respectivamente. Possui um Colegiado, composto por seis professores, responsáveis, juntamente com a coordenação pela supervisão das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas (REGIMENTO GERAL, ART. 10) e Núcleo Docente Estruturante - NDE, composto por seis professores da área, com as seguintes atribuições:

- I. Assessorar a coordenação do curso de graduação nos processos de implantação, execução, avaliação e atualização do Projeto Pedagógico de Curso, de modo coparticipativo; II. zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes constantes no currículo, contribuindo para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; III. indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigência do mercado de trabalho e alinhadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; IV. incentivar o

³ https://www.ufpe.br/proacad/index.php?option=com_content&view=article&id=187&Itemid=138

⁴ <http://www.jornalextra.com.br/portal/blog/2013/10/08/cursos-da-ufpe-cao-e-favip-obtem-as-maiores-notas-na-avaliacao-do-enade-2012-em-caruaru-confira/>

desenvolvimento de profissionais com formação cidadã, humanista, crítica, ética e reflexiva; V. zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação; VI. zelar pela proposição de projetos pedagógicos alinhados e consonantes com o Projeto Pedagógico Institucional. (RESOLUÇÃO Nº 01/2013 – CCEPE, p. 1).

O curso está organizado de maneira que o estudante o conclua no prazo mínimo de nove períodos, tem carga horária total de 3.120 horas, nas quais devem ser trabalhadas as disciplinas, o trabalho de conclusão de curso, o estágio supervisionado e a carga horária eletiva livre. As disciplinas propostas foram organizadas por seus pré-requisitos e co-requisitos, numa escala crescente, no que se refere ao conteúdo que é considerado primordial para o curso (PPC, 2010). Quanto a isso, Teixeira, Silva e Mafra, enfatizam que:

[...] o curso de graduação em administração destaca-se por ser uma ciência social aplicada, que abarca teorias e práticas e possui uma grande diversidade de execuções, sendo campo fértil para esse debate. [...] é estritamente necessário contextualizar as disciplinas ofertadas nos cursos de graduação em administração, tal qual nos demais cursos, para que os estudantes tenham uma visão da complexidade e assim, consistente da realidade em que atuarão como futuros profissionais. (TEIXEIRA, SILVA E MAFRA, 2011, p. 5)

As disciplinas obrigatórias que compõem o curso são apresentadas no Quadro 1, abaixo

Quadro 1. Disciplinas obrigatórias do curso de graduação em administração.

PERIODIZAÇÃO	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO CURSO
1º Período	Introdução à Administração
	Matemática para Administração
	Economia de Empresas
	Fundamentos de Sociologia
	Fundamentos de Filosofia
Total	300 h
2º Período	Teoria Geral da Administração
	Psicologia para Administração
	Estatística para Administração
	Direito para Administração I
	Economia Brasileira e Pernambucana
Total	300 h

Continuação do Quadro 1. Disciplinas obrigatórias do curso de graduação em administração.

3º Período	Métodos de Pesquisa em Administração
	Comportamento Organizacional
	Matemática Financeira
	Contabilidade Geral e de Custos
	Direito para Administração II
Total	300 h
4º Período	Microanálise das Organizações
	Gestão de Pessoas I
	Administração Financeira I
	Contabilidade Gerencial
	Administração de Produção e Operações
Total	300 h
5º Período	Microanálise das Organizações
	Gestão de Pessoas II
	Administração Financeira II
	Pesquisa Operacional
	Administração de Suprimentos
Total	300 h
6º Período	Administração da Qualidade
	Administração de Marketing I
	Comunicação nas Organizações
	Processo Decisório
	Sistemas de Informações Gerenciais
Total	300 h
7º Período	Administração de Marketing II
	Administração Pública
	Consultoria Organizacional
	Logística Empresarial
	Estágio Supervisionado
	Trabalho de Conclusão de Curso
Total	720 h

Continuação do Quadro 1. Disciplinas obrigatórias do curso de graduação em administração.

8º Período	Administração Estratégica
	Empreendedorismo
	Ética e Responsabilidade Social
	Eletiva
	Eletiva
Total	300 h
9º Período	Gestão Social
	Gestão Sustentável
	Seminário de Atualização em Administração
	Eletiva
	Eletiva
Total	300 h
Carga Horária Total 3120 do Curso	

Fonte: Adaptação do PPC de Administração do CAA da UFPE, 2010.

O *Conselho Federal de Educação* – CFE recomenda que ao construir o currículo seja utilizada uma metodologia que o utilize como uma ferramenta para o alcance do desempenho desejado e não como um fim em si mesmo.

[...] uma metodologia que enseje, no caso da Administração, por exemplo, a cada escola conferir organicidade ao estudo de todas as variáveis que interferem no fato administrativo, sejam elas políticas, sociais ou econômicas, em função de seus objetivos, sua história e herança e em função das necessidades de sua clientela. Uma metodologia que enfatize uma sólida formação intelectual, que estimule o senso crítico e a mente analítica (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. 1993, p. 6).

Atualmente algumas alterações foram feitas no desenho curricular, a fim de adequar melhor as exigências do CFE, não foi retirado ou adicionado qualquer componente, mas algumas disciplinas foram realocadas, distribuídas em períodos diferentes, por exemplo, a disciplina de Empreendedorismo atualmente está sem periodização, apesar de continuar sendo obrigatória, e o Trabalho de Conclusão de Curso, hoje, está no 8º período.⁵ Além dos componentes curriculares

⁵ Ao comparar o PPC que foi disponibilizado pela coordenação para a nossa pesquisa e a disposição das disciplinas no SIGA, percebemos algumas incompatibilidades. Sobre isso, consultamos o coordenador do curso que afirmou estar ciente do fato e de não possuir um PPC atualizado.

obrigatórios, os estudantes precisam para complementar a carga horária curricular, pagar disciplinas eletivas. O curso de graduação em administração oferece componentes eletivos que podem ser escolhidos pelos estudantes de acordo com sua preferência, conforme quadro 2, abaixo.

Quadro 2. Componentes Curriculares Eletivos

COMPONENTES CURRICULARES ELETIVOS	Carga Horária
Aprendizagem e gestão do conhecimento	60
Cibercultura, comunicação, tecnologia e vida social na sociedade contemporânea	60
Cultura Organizacional	60
Economia internacional	60
Empreendedorismo II	60
Empresas Familiar	60
Gestão ambiental I	60
Gestão de pequenos e médios empreendimentos	60
Gestão de projetos- planejamento e projetos	60
Gestão da inovação tecnológica I	60
Gestão pública municipal	60
Governança de pequenas empresas	60
História das organizações	60
Inovação e mudança nas organizações	60
Inovação tecnológica e experiência de consumo	60
Internacionalização das organizações	60
Libras	60
Liderança nas organizações	60

Continuação do Quadro 2. Componentes Curriculares Eletivos

Marketing de serviços	60
Marketing de varejo	60
Mercado Financeiro	60
Novas formas de gestão para pequenos negócios	60
Organizações	60
Orçamento de empresas	60
Pesquisa de Marketing	60
Responsabilidade social das empresas	60
Teoria geral do turismo I	60
Teoria geral do turismo II	60
Tópicos avançados em estudos organizacionais I – Weber e as organizações	60
Tópicos especiais em administração estratégica	60
Tópicos especiais em administração geral	60
Tópicos especiais em finanças	60
Tópicos especiais em gestão de pessoas	60
Tópicos especiais em marketing	60
Tópicos especiais em operações.	60
Tópicos especiais em sistemas de informações	60

Fonte: PPC de Administração do CAA da UFPE, 2010.

3. 4 A extensão universitária na UFPE e no CAA

A extensão universitária na Universidade Federal de Pernambuco tem suas raízes em seu idealizador, o professor Paulo Freire que fundou em 1962 o *Serviço de Extensão Cultural – SEC*, que funcionou até o ano de 1964. O SEC atuava como um promotor da difusão cultural por meios de divulgação que estavam ao seu alcance; contribuiu através de palestra, cursos e informes de interesses científicos; realizando fora da universidade atividades de extensão, divulgando amplamente os trabalhos e realizações da universidade (MELO, 2011).

Desde a criação da extensão na UFPE, a mesma recebeu diversas denominações na estrutura administrativa da instituição, foi Pró-Reitoria para Assuntos Culturais e Intercâmbio Científico – PROACIC, depois Pró-Reitora de Extensão Cultural e Intercâmbio Científico – PROECIC e por fim chegou ao que conhecemos hoje a Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT (MELO, 2011). A PROEXT tem atuado em prol da consolidação da Extensão na UFPE e tem como objetivos:

- Contribuir para a formação acadêmica / profissional cidadã do estudante de graduação da UFPE comprometido com a transformação da sociedade;
- Promover e apoiar ações que favoreçam a integração universidade/ sociedade;
- Apoiar programas e projetos voltados para o desenvolvimento social, cultural, científico ambiental e tecnológico;
- Ampliar e estabelecer parcerias para realização das ações e;
- Integrar as ações acadêmicas de pesquisa e ensino aquelas de extensão de forma a fortalecer o compromisso social da universidade (UFPE, Proext, 2014).

Em 2003 com o objetivo de aproximar efetivamente universidade/sociedade, em consonância com o *Plano Nacional de Extensão*, e com base nos princípios norteadores da gestão da UFPE no período, foram criados programas estruturadores que visam envolver a comunidade acadêmica e todos os segmentos da sociedade. Citamos alguns deles:

- UFPE e Políticas Públicas, tem como objetivo envolver todas as áreas de conhecimento em torno dos desafios do desenvolvimento humano;
- UFPE e Políticas Culturais, que objetiva o desenvolvimento da cultura em todos os seus campos e democratiza o acesso a informação cultural;
- Interação UFPE e Empresa, que é um programa que promove a aproximação entre universidade e o setor produtivo, através de ações que possibilitam o enfrentamento dos problemas de interesse comum (MELO, 2011).

Com o objetivo de consolidar a extensão na UFPE, em 2007, a PROEXT regulamentou a Resolução 09, que definiu em seu art. 1º que “compete a extensão na UFPE como atividade acadêmica, articulada com o ensino e a pesquisa, promover a relação transformadora e integradora entre a universidade e a sociedade”. A PROEXT tem lançados editais anualmente,

acompanhando a política de editais do FORPROEX, com vistas ao crescimento das ações de extensão. Esses editais apoiam e financiam as atividades extensionistas, com a ajuda do governo Federal que têm disponibilizado verba para a construção e consolidação da extensão universitária.

A Pró-Reitoria de Extensão da UFPE, tem se mostrado bastante atuante e tem, ao longo dos anos, apoiado financeiramente diversos Núcleos Temáticos da UFPE, Melo (2011) cita alguns deles, tais como: Núcleo de Estudo e Documentação sobre Movimentos Sociais, Núcleo de Estudos Brasil-África e o Núcleo Ariano Suassuna de Estudos Brasileiros. Alguns outros projetos que têm recebido apoio da PROEXT e que têm como objetivo a interação universidade/sociedade são: Pré-Acadêmicos, que se constitui em cursos pré-vestibulares e alcançam jovens de escolas públicas, oportunizando a inclusão social e o acesso ao ensino superior; e o Imaginário Pernambucano, que objetiva a valorização do artesanato popular.

A relação universidade-sociedade é uma construção coletiva e a Pró-Reitoria tem buscado incentivar o fortalecimento de ações que almejam o compromisso da universidade com a transformação social, fazendo isso de maneira que a integração entre ensino, pesquisa e extensão não seja ignorada. Melo (2011, p. 63) afirma que “cabe a PROEXT continuar alavancando as discussões temáticas, disseminar ideias, apoiar iniciativas inovadoras e empreendedoras, fortalecer projetos estruturantes e transformadores mobilizando e envolvendo a comunidade acadêmica”, para que as ações de extensão sejam, a cada dia mais, ampliadas e consolidadas.

As atividades de extensão no Centro Acadêmico do Agreste começaram a se desenvolver nos primeiros anos de seu funcionamento. Em 2006, ano inaugural, foram realizadas quatro ações de extensão, duas direcionadas para o curso de graduação em pedagogia, uma para o curso de graduação em design e outra para o curso de graduação em administração. Com o decorrer dos anos e com o estabelecimento do *campus* e as melhorias estruturais, as atividades de extensão ganharam mais forças. Docentes e discentes, com o apoio dos editais, com e sem recursos lançados pela PROEXT, se engajaram ainda mais na realização de tais atividades. O número de atividades registradas no SIEX, e posteriormente no SIGProj, atualizado em 2009, cresceu. Entre os anos de 2006 a 2010, foram registradas cento e trinta e quatro atividades e de 2011 a 2014 tivemos registro de duzentos e vinte três ações extensionistas.⁶

⁶ Informações coletadas no segundo semestre de 2014, através do banco de dados do SIEX fornecido pela PROEXT e no sistema online SIGProj.

Para os fins deste trabalho, coletamos informações sobre o desenvolvimento das propostas de atividades de extensão direcionadas para curso de graduação em administração no CAA/UFPE e demais setores do mesmo segmento. Desde 2006 até o final do ano de 2014 foram registradas quarenta e nove ações de extensão dirigidas a estudantes e profissionais da área. Relacionamos as ações registradas e apresentamos na próxima seção a forma como as avaliamos e os critérios utilizados no tratamento das informações.

4. METODOLOGIA

O presente capítulo apresenta a metodologia utilizada na pesquisa e, nesse sentido, divide-se em duas partes, a primeira explicita o método empregado e a segunda os procedimentos metodológicos.

4.1 Método

A metodologia de uma pesquisa, compreendida como o caminho escolhido para investigar determinada problemática, deve estar associado ao objeto estudado. Minayo (2009, p.14) afirma que “a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)”. O presente estudo analisou como as propostas de ações de extensão universitária realizadas para o curso de graduação em administração têm contribuído para a formação de estudantes do CAA/UFPE, configurando-se por natureza qualitativa, pois, ainda segundo Minayo (2009), o conteúdo estudado trabalha significados, motivações, aspirações, valores e crenças que não podem ser puramente reduzidos às questões quantitativas.

Sobre pesquisas de cunho qualitativo, Flick (2009) afirma que é um método relevante no que diz respeito ao estudo das relações sociais, tendo em vista a pluralização dos aspectos da vida. Para Demo (2000), as metodologias qualitativas se constituem em processos alternativos, pois diferentemente das metodologias quantitativas, buscam resguardar dados não quantificáveis, mas, em geral, importantes. Ainda, para o mesmo autor, o método qualitativo faz “jus à complexidade da realidade curvando-se diante dela, não o contrário.” (DEMO, 2000, p. 152). As pesquisas qualitativas nessa perspectiva diminuem a distância entre a teoria e os dados, o contexto e a ação (TEIXEIRA, 2009).

A partir dos objetivos desse trabalho pretendemos identificar alguns aspectos da relação entre a extensão universitária e a formação do estudante de administração do CAA/UFPE. Para isso, utilizamos a pesquisa descritiva explicativa, pelo caráter das evidências e das informações que foram analisadas neste estudo. A pesquisa descritiva procura compreender de forma ampla o fenômeno estudado, considerando que todos os dados da realidade são importantes e merecem ser

examinados (GODOY, 1995). Segundo Gil (2008) a pesquisa descritiva é um método que busca estabelecer relação entre variáveis e/ou descrever características de determinados grupos ou fenômenos.

Quanto à pesquisa explicativa, Gil (2008, p.28) afirma que as mesmas “têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”. O autor continua afirmando que a pesquisa explicativa é a que mais aprofunda o conhecimento da realidade, por explicar a razão e o porquê dos acontecimentos.

Realizamos uma análise de conteúdo em nossa pesquisa, nos propondo a investigar a situação específica da extensão universitária no curso de graduação em administração do CAA/UFPE. Quanto a este método Bardin (1977, p. 42) afirma que é:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Utilizamos a análise de conteúdo para que pudéssemos compreender como as informações colhidas poderiam nos conduzir à conclusão do estudo deste caso. Através deste método o pesquisador busca captar características, nuances ou comportamentos que estão por trás das mensagens contidas no discurso que está sendo analisado.

Godoy (1995b) afirma que a utilização da análise de conteúdo cabe em diversos tipos de comunicação, sejam elas explícitas ou implícitas. Segundo Silva, Gobbi e Simão (2004, p. 74) “qualquer comunicação que vincule um conjunto de significações de um emissor para um receptor pode, em princípio, ser traduzida pelas técnicas de análise de conteúdo”.

Aplicamos a análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (1977), que afirma que este método pode ultrapassar as incertezas de uma interpretação influenciada pela visão pessoal do pesquisador e enriquecer a leitura ao proporcionar uma avaliação atenta, profunda e pertinente.

[...] pela descoberta de conteúdos e de estruturas que confirmam ou infirmam o que se procura demonstrar a propósito das mensagens ou pelo esclarecimento de elementos de significações suscetíveis de conduzir a uma descrição de mecanismos de que *a priori* não detínhamos a compreensão (BARDIN, 1977, p. 29).

Bardin (1977) organiza o método da análise de conteúdo em três etapas: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Na etapa da pré-análise organiza-se o material a ser estudado com o objetivo de torná-lo operacional. Diz respeito a uma leitura fluente, dos documentos em que serão coletados os dados, momento em que se começa a conhecer o texto; (b) escolha dos documentos, demarcando o que será analisado; (c) formulação das hipóteses e dos objetivos; (d) referenciação dos índices e elaboração de indicadores, ou seja, os recortes de texto nos documentos de análise (Bardin, 1977).

A segunda fase é a exploração do material que consiste na definição de categorias e a identificação das unidades de registro; unidade de significação a codificar corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, objetivando à categorização e à contagem frequencial; e das unidades de contexto nos documentos, unidade de compreensão para codificar a unidade de registro que corresponde ao segmento da mensagem, a fim de compreender a significação exata da unidade de registro. A exploração do material se constitui numa etapa importante, porque pode possibilitar ou não a riqueza das interpretações e inferências. Esta é a fase da descrição analítica, a qual diz respeito a qualquer material textual coletado submetido a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos.

A terceira fase é destinada ao tratamento dos resultados; nela é feita a condensação e o destaque das informações que serão analisadas, resultando nas interpretações inferenciais (Bardin, 1977).

Para Bardin (1977) a análise de conteúdo busca efetuar inferências lógicas e justificadas em relação a origem das mensagens que foram tomadas como considerações. Para isso, utiliza-se de um conjunto de técnicas parciais, mas que são complementares. Na seção seguinte apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados em nossa pesquisa, com o fim de alcançarmos os objetivos inicialmente propostos.

4.2 Procedimentos Metodológicos

Para atingirmos os objetivos de nosso estudo utilizamos os seguintes procedimentos metodológicos:

- Pesquisa documental e;
- Entrevistas semiestruturadas.

4.2.1 Pesquisa documental

A pesquisa documental foi realizada através de documentos como o Projeto Pedagógico do Curso de Administração de CAA/UFPE e leis que regulamentam o funcionamento das universidades e da extensão universitária, como também o ensino da Administração e o exercício da profissão no Brasil. A pesquisa documental segundo Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 10) “propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos”. Ainda, segundo os mesmos autores:

[...] a pesquisa documental é um procedimento metodológico decisivo em ciências humanas e sociais porque a maior parte das fontes escritas – ou não – são quase sempre a base do trabalho de investigação. Dependendo do objeto de estudo e dos objetivos da pesquisa, pode se caracterizar como principal caminho de concretização da investigação ou se constituir como instrumento metodológico complementar (Sá-Silva, Almeida e Guindani, 2009, p. 13).

Os documentos analisados contribuíram para avaliarmos a relevância imputada à extensão no PPC de Administração do CAA/UFPE. No PPC encontramos toda a estrutura de funcionamento do curso de graduação em administração do CAA/UFPE, a partir dele verificamos se a extensão universitária é parte integrante do desenho curricular do curso e se há o empenho institucionalizado em estimular os estudantes a participarem das atividades de extensão que possam ser propostas. Segundo Gil (2008, p. 147):

[...] a pesquisa documental tradicionalmente vale-se dos registros cursivos, que são persistentes e continuados. Exemplos clássicos dessa modalidade de registro são os documentos elaborados por agências governamentais.

Outros documentos estudados neste trabalho foram:

- A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, documento de fundamental importância para a análise, pois dela parte todas as normas e regras que regem a organização da sociedade civil e todos os setores que a compõem;
- A Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, que regulamenta e define o que seja o ensino superior e estabelece as práticas de ensino que devem ser adotadas pelas universidades;
- A resolução 4, de 13 de julho de 2005 do *Conselho Nacional de Educação* e da *Câmara de Educação Superior*, que institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Administração;
- O currículo mínimo do curso de graduação em administração, aprovado em 1993, estabelecido pelo *Conselho Federal de Educação*, este estrutura o currículo mínimo que deve ser seguido pelas instituições de ensino superior que oferecem o curso de graduação em administração, e;
- A resolução 9/2007 do *Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Pernambuco*, que dispõe sobre as atividades de extensão realizadas na instituição.

4.2.2 Entrevista Semiestruturada

As entrevistas em pesquisas de caráter qualitativo ou quantitativo são bastante utilizadas. Para Haguette *apud* Boni e Quaresma (2005) o método de entrevista é um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. A entrevista pode, a depender da condução que o entrevistador dá a mesma e do perfil do entrevistado, revelar respostas ou comportamentos que nem sempre podem ser ou são ditos explicitamente.

A entrevista semiestruturada pode conduzir o entrevistado a dar respostas menos formais e que podem traduzir mais verdadeiramente o pensamento ou sentimento a respeito do assunto

abordado. “Desse modo, estes tipos de entrevista colaboram muito na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos” (BONI e QUARESMA, 2005, p.75). Através da entrevista o pesquisador pode identificar nas respostas do entrevistado, como também na sua forma de se expressar, nuances e condutas influenciadas pela cultura ou pelas crenças do respondente. A entrevista semiestruturada, para Boni e Quaresma (2005), é uma das técnicas que melhor produzem amostra de população. Escolhemos o estilo de entrevista semiestruturada, que o roteiro pode ser visualizado no apêndice A – Roteiro de entrevistas, pois compreendemos que este melhor corresponderia ao objetivo de nosso estudo.

4.3 Procedimentos para o alcance dos objetivos específicos

Expomos aqui os procedimentos para alcance dos objetivos específicos do estudo, a saber:

4.3.1 Procedimento para alcance do objetivo específico I

OE I: Identificar os aspectos que indiquem qual é a relevância atribuída à extensão universitária no curso de graduação em administração do Centro Acadêmico do Agreste – UFPE.

Para alcançarmos esse objetivo utilizamos a pesquisa documental. Através deste procedimento pudemos identificar no PPC de Administração do CAA/UFPE a importância conferida à extensão universitária na construção da carga horária obrigatória e livre e no planejamento das atividades realizadas no curso.

Através dos diversos documentos analisados, além do PPC, pudemos traçar o histórico do curso de graduação em administração no Brasil e de como se desenvolveu a extensão nas universidades do país. A partir disto, pudemos identificar as possíveis causas das dificuldades encontradas atualmente, especificamente no CAA/UFPE, na execução das atividades do curso, no que se refere a implementação da extensão como parte indispensável ao currículo mínimo no ensino da administração nas instituições de ensino superior.

4.3.2 Procedimento para alcance do objetivo específico II

OE II: Avaliar a adequação da concepção de extensão das atividades propostas por docentes do curso de graduação em administração do CAA/UFPE em relação às Diretrizes Nacionais de Extensão, presentes na Política Nacional de Extensão da FORPROEX.

Para responder a este segundo objetivo utilizamos o método da análise de conteúdo. Aplicamos este método para avaliarmos as descrições/ resumos das propostas de ação como também as entrevistas realizadas, objetivando perceber a convergência, ou não, do discurso quanto à compreensão da extensão e a prática das atividades extensionistas.

Utilizamos como categorias de análise, definidas *a priori*, as diretrizes de extensão promulgadas pela FORPROEX que as elencou em sua *Política Nacional de Extensão Universitária* (2009). As ações de extensão realizadas para o curso de graduação em administração no CAA/UFPE foram elencadas como exemplificamos no Quadro 3, para fins de análise da relevância, adequação e contribuição para a formação dos estudantes.

Empregando a análise de conteúdo realizamos 1) a pré-análise nas descrições/ resumos das propostas de ações de extensão do curso de graduação em administração do CAA/UFPE e nas entrevistas com os docentes do curso; 2) realizamos a exploração do material para definirmos as categorias analíticas, que foram as cinco diretrizes elencadas na Política Nacional de Extensão, e a partir dessa definição das categorias realizamos a última etapa; 3) o tratamento dos resultados das unidades de análise, em que alocamos as unidades de análise nas categorias que melhor traduziram seu significado.

As informações relativas as propostas de ação foram retiradas do banco de dados do SIEX, que foi disponibilizado pela PROEXT através de solicitação via e-mail. De posse do conteúdo, que traziam dados das atividades extensionistas de todos os cursos do Centro, fizemos uma pesquisa nos arquivos, pelas atividades direcionadas para o curso de graduação em administração, ano após ano, no período que correspondeu a 2006 a 2011. Os arquivos deste último ano não apresentavam todas as informações das ações que foram feitas no CAA/UFPE, o que nos levou a pesquisa online no SIGProj, onde além de encontrarmos mais informações do ano de 2011, levantamos também as ações realizadas nos anos de 2012 a 2014, verificando a possibilidade de inserções de propostas dos docentes do curso de graduação em administração em

todos os editais possíveis. Essa coleta e posterior análise de informações nos ajudaram a compreender qual seja a relevância da extensão para a formação do administrador graduado no CAA/UFPE⁷.

Levamos em consideração as informações como, o ano de inserção da proposta no sistema, o título de cada proposta, seus resumos/ descrições, quando disponíveis, a área principal de conhecimento de cada ação, o público atingido e a linha programática. Exemplificamos a seguir o procedimento de coleta e análise das informações:

Quadro 3 – Levantamento das propostas de ação de extensão para procedimento de análise

2011	Gerenciamento de Projetos no MS Project O curso de Gerenciamento de Projetos com o MS Project visa qualificar os profissionais, estagiários e estudantes da cidade de Caruaru e vizinhas na prática do planejamento de projetos, através da ferramenta MS Project 2010. Através do uso desta ferramenta, estes profissionais estarão mais aptos a planejar, desenvolver, corrigir e avaliar as ações relacionadas ao desenvolvimento de projetos em instituições públicas ou privadas. Área principal de conhecimento: Trabalho Público atingido: Profissionais, estagiários e estudantes que buscam o conhecimento em uma ferramenta de planejamento e controle de projetos. Linha programática: Educação Profissional
------	---

Fonte: A autora.

Após o levantamento das informações necessárias, começamos os recortes e as categorizações das propostas de ações avaliadas. O critério utilizado para a categorização foi a conformidade das descrições de cada proposta de ação com pelo menos umas das definições contidas nas Diretrizes para as ações de Extensão da FORPROEX, conforme apresentamos no quadro abaixo.

⁷ Utilizamos dos arquivos acessados as informações que os extensionistas, ao cadastrar uma ação, autorizam que sejam públicas.

Quadro 4 – Método de análise dos recortes

Gerenciamento de Projetos no MS Project – 2011	
Interação Dialógica	
Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade	
Indissociabilidade	
Impacto na Formação do Estudante	
Impacto e Transformação Social	O curso de Gerenciamento de Projetos com o MS Project visa qualificar os profissionais, estagiários e estudantes da cidade de Caruaru e vizinhas na prática do planejamento de projetos, através da ferramenta MS Project 2010. Através do uso desta ferramenta, estes profissionais estarão mais aptos a planejar, desenvolver, corrigir e avaliar as ações relacionadas ao desenvolvimento de projetos em instituições públicas ou privadas.

Fonte: A autora

O mesmo tratamento foi dado às entrevistas realizadas com os docentes. Avaliamos o corpo de todas as entrevistas e fizemos os recortes nas respostas que estavam de acordo com as definições das diretrizes de extensão. Apresentamos a análise das entrevistas, como também todos os demais processos de discussão de resultados detalhadamente no capítulo 5 – Análise e Discussão de Resultados.

No intuito de identificar a compreensão de extensão dos docentes do CAA/UFPE, precisamente os do curso de graduação em administração, aplicamos a entrevista semiestruturada que objetivava perceber como provavelmente se aplica as concepções nas atividades de extensão realizadas. Através das informações reveladas nas entrevistas pudemos melhor compreender o caráter da extensão realizada no curso de administração do CAA/UFPE e inferir contribuições.

4.3.3 Procedimento para alcance do objetivo específico III

OE III: Perceber quais são as contribuições das ações de extensão para a formação dos estudantes de administração do curso do CAA/UFPE.

Respondemos a este objetivo utilizando, também, o procedimento da análise de conteúdo e ainda as entrevistas semiestruturadas. Através da análise de conteúdo investigamos quais as contribuições das propostas de ações, segundo os critérios estabelecidos nas Diretrizes para as ações de extensão da FORPROEX. Através das entrevistas, buscamos identificar como os docentes compreendem a relevância da extensão para a formação dos estudantes. A partir das respostas obtidas comparamos com a pertinência das atividades realizadas com os estudantes do curso.

As entrevistas foram realizadas com quatro professores do curso de graduação em administração, segundo a disponibilidade de cada um deles nos seus horários de trabalho. Procuramos entrevistar o maior número de docentes, no entanto, não houve disponibilidade dos mesmos. O período de realização das entrevistas foi de 09 a 12 de dezembro de 2014. A partir das respostas dos entrevistados buscamos identificar qual a percepção dos docentes em relação à extensão e como realizam suas atividades extensionistas. A partir dos resultados auferidos analisamos como as ações realizadas para o curso correspondem às exigências e especificidades nas Diretrizes Curriculares Nacionais e do PPC, no que se refere ao processo de formação dos estudantes. Aprofundamo-nos na discussão dos resultados destes processos de análise de evidências no capítulo seguinte.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Doravante analisamos as informações e evidências coletadas e detalhadamente discutimos os processos metodológicos utilizados nesta pesquisa a fim de alcançarmos o objetivo proposto.

5.1 Análise e discussão do PPC de Administração do CAA

Para os fins de nosso estudo, como proposto nos objetivos, analisamos o Projeto Pedagógico do Curso de administração do CAA/UFPE. Através dele buscamos identificar a importância atribuída à extensão na formação dos graduandos. Além do PPC foram analisados outros documentos ligados ao ensino da administração e a prática da profissão, como as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso e a Lei 4.796 que dispõe acerca do exercício profissional do administrador. Estudamos também as leis que regulamentam a extensão universitária e como ela se relaciona com as práticas de ensino da administração. Após essas análises, comparamos o apanhado de informações coletadas nesses documentos em relação ao PPC de administração do CAA/UFPE, buscando identificar a pertinência do Projeto Pedagógico às orientações dos documentos regulamentadores.

5.1.1 O PPC de administração do CAA/UFPE

O Projeto Pedagógico do Curso – PPC de administração do CAA/UFPE “é o documento que imprime direção com especificidades e singularidades, apresentando de forma clara o funcionamento do curso, determinando suas prioridades e estabelecendo estratégias de trabalho” (PPC 2010, p. 13). Os objetivos do Projeto Pedagógico são: apontar a filosofia e as finalidades das políticas, que se materializam em suas diretrizes curriculares; e apresentar uma proposta curricular que englobe as possibilidades de concretização dessas finalidades (PPC, 2010).

O PPC de administração do CAA/UFPE está em conformidade com a Resolução 04/2005, pois estrutura um curso que atende as necessidades locais e regionais, qualificando profissionais e desenvolvendo as habilidades e competências exigidas para sua atuação no

mercado de trabalho globalizado. O curso de graduação em administração do Centro, através de seu PPC, assume como objetivos do processo de ensino-aprendizagem:

- Formação de profissionais com senso de cidadania ampliado pelo exercício acadêmico, voltando-o para reflexões críticas de natureza humana, social, ambiental, e organizacional;
- Construção de competências e habilidades para trabalhar em estudos administrativos, organizacionais, estratégicos, qualitativos e quantitativos nas diversas áreas da administração, tais como: gestão da produção e serviços, recursos humanos, comercialização e marketing, finanças, gestão tecnológica, ambiental, comércio exterior, gestão da informação, e suas metodologias;
- Habilitar o profissional para trabalhar nas áreas sociais, econômicas, políticas, culturais, relações internacionais, investigação científica, e suas metodologias; - Proporcionar a capacitação para lidar com temas transversais, tais como: gênero, transculturalismo, globalização da economia, desenvolvimento, qualidade de vida no trabalho, entre outros (PPC, 2010, p. 15).

Como missão do curso de graduação em administração, o PPC institui a formação de cidadãos capazes de renovar seus conhecimentos na área, construindo e reconstruindo sua visão a respeito do dinamismo do ambiente em que estão inseridas as organizações, transformando a sua realidade de trabalho, resolvendo problemas e desenvolvendo métodos de gestão que objetivam a sustentabilidade organizacional. O PPC é o documento orientador de todas as atividades desenvolvidas para o curso e no curso de graduação em administração, assim como também define o perfil desejado para os egressos da instituição.

5.1.2 Perfil pretendido para os administradores formados no CAA/UFPE

O perfil pretendido para os estudantes egressos é o de bacharel preparado para atuar como administrador consciente, ético e responsável, e que articule o conhecimento construído durante o curso com as diversas conjunturas organizacionais com as quais possam interagir (PPC, 2010). Mais uma vez o PPC, reafirma que o curso de graduação em administração do CAA/UFPE, está direcionado a formação de gestores comprometidos com o desenvolvimento sustentável, através de suas atuações nas organizações.

[...] a proposta visa à formação de um profissional capaz de esclarecer-se – e esclarecer seus pares – refletir, questionar e reinventar a atividade organizacional e seus procedimentos administrativos, compreendendo o papel

político, econômico, social, cultural e ambiental, tanto das organizações nas quais atuam como de sua própria atividade profissional (PPC, 2010, p. 15).

O curso de graduação em administração do CAA/UFPE visa formar administradores capazes de empreender negócios sustentáveis e, para isso, trabalha nos estudantes a construção das competências e habilidades expostas abaixo:

- 1) Identificar a importância da problemática sociocultural e ambiental para a implementação de ações de desenvolvimento empresarial sustentável;
- 2) Conhecer e adequar processos de produção que desenvolvam a empresa e conservem o meio ambiente;
- 3) Adotar uma postura profissional propositiva, compatível com valores éticos e socialmente responsáveis no ambiente de trabalho;
- 4) Articular redes de relacionamentos interorganizacionais que contribuam para o desenvolvimento organizacional vislumbrando a possibilidade de implementação de atividades em parceria;
- 5) Conhecer, conceber e implementar novas formas de gestão para tornar a organização mais eficiente e eficaz;
- 6) Incrementar a capacidade de elaborar e interpretar cenários tendo como base conhecimentos teóricos e vivenciais sobre realidades locais e globais;
- 7) Desenvolver a capacidade de analisar os pontos fortes e fracos dos concorrentes e da própria organização;
- 8) Desenvolver e implementar projetos considerando seu potencial impacto nos ambientes interno e externo das organizações;
- 9) Aperfeiçoar a capacidade de formular e implementar estratégias que atendam ao perfil empresarial, estando atento ao cenário regional, nacional e internacional;
- 10) Entender a distinção entre público e privado e a atipicidade na gestão de organizações públicas e sociais, fazendo uso deste discernimento para uma melhor compreensão das relações entre Estado, empresa e sociedade civil;
- 11) Fazer uso de recursos de acesso a informações que permitam a atualização continuada de seus conhecimentos na área de gestão;
- 12) Conhecer e fazer uso dos tipos diversos de comunicação nas organizações para a adoção de melhor ferramenta de apoio à gestão;
- 13) Aprimorar a capacidade de aprender a aprender por meio de investigação científica no contexto organizacional;
- 14) Aperfeiçoar a reflexão sobre a sustentabilidade empresarial atendendo também à expectativa de remuneração de seu capital;
- 15) Fomentar a autodeterminação como sujeito autônomo, reflexivo, ético, socialmente responsável e inovador, dotado de visão crítica do contexto no qual vive e trabalha (PPC, 2010, p. 16 - 17).

O perfil profissional desenhado nestas quinze competências e habilidades que os estudantes deverão obter ao longo da graduação, de maneira que saiam da UFPE aptos para o mercado de trabalho, revela que a proposta do PPC é formar profissionais capazes de serem

críticos, reflexivos e socialmente responsáveis, ao mesmo tempo, bons estrategistas e solucionadores de problemas. Ao analisarmos o desenho curricular das disciplinas obrigatórias do curso, percebemos que a mesma privilegia disciplinas, em sua maioria, mercadológicas. Não há qualquer equívoco, em se ter tais componentes, mas tal fato nos leva a pensar em como um estudante pode se tornar mais reflexivo, crítico e socialmente responsável, quando o ensino oferecido em sala de aula está focado em teorias e técnicas que pretendem responder as exigências do mercado e do capital. Exigências tais, que nem sempre se revelam preocupadas em responder as expectativas sociais e ambientais.

Para que o estudante seja capaz de “identificar a importância da problemática sociocultural e ambiental para a implementação de ações de desenvolvimento empresarial sustentável” (PPC, 2010, p. 16), é importante que esteja inserido didaticamente na realidade e que tenha a oportunidade de conhecê-la pedagogicamente, interagindo e construindo sua reflexão e crítica, confrontado com a teoria, sobre o ambiente no qual trabalhará. Nesse sentido, a extensão universitária pode assumir grande relevância na formação dos estudantes de administração, na medida em que, amalgamada com o ensino e a pesquisa, leva o estudante ao diálogo pedagógico com a realidade social.

5.1.3 A extensão no PPC de administração do CAA/UFPE

O Projeto Pedagógico concebe a extensão universitária no curso de graduação em administração do CAA/UFPE como atividades complementares ou de nivelamento, “as atividades de nivelamento se dão através de minicursos e de atividades de extensão” (PPC 2010, p. 21). Assim, a única menção à extensão durante todo o corpo do texto do Projeto é como atividade complementar. Ressaltamos que não existe a preocupação dentro do PPC em discutir a relevância da temática para a formação dos estudantes do curso. A compreensão do que seja extensão não é clara no PPC, pois minicurso é também uma modalidade de extensão, mas, ainda assim, o PPC a distingue das atividades de extensão.

O PPC tem como objetivo formar administradores capazes de desempenhar suas funções organizacionais, e que também sejam capazes de lidar com conflitos de cunho social e ambiental. Busca ainda, a formação de profissionais com valores éticos e socialmente responsáveis. Algumas das habilidades que o graduando deve obter durante o curso, citadas no PPC, são

“incrementar a capacidade de elaborar e interpretar cenários tendo como base conhecimentos teóricos e vivenciais sobre realidades locais e globais” (PPC, 2010, p. 16) e “fomentar a autodeterminação como sujeito autônomo, reflexivo, ético, socialmente responsável e inovador, dotado de visão crítica do contexto no qual vive e trabalha” (PPC, 2010, p. 17).

O estudante mais facilmente desenvolverá tais habilidades e competências a partir de uma pedagógica inserção na sociedade. O ensino proporciona o conhecimento técnico sobre as teorias, mas, em geral, não permite que o estudante reconheça aprofundadamente a realidade do ambiente em que desenvolverá seu trabalho como profissional.

Para alcançar a contextualização do ensino, o docente deve assumir o papel de provocar a formação social, permitindo aos discentes a possibilidade da tomada de consciência a respeito da realidade (TEIXEIRA, SILVA E MAFRA, 2011). Nesse sentido, é preciso que a universidade atue de maneira a estimular as atividades de extensão, incentivando os docentes a desenvolverem ações extensionistas. Programas e políticas de incentivo são fundamentais para que a cultura extensionista seja difundida no meio universitário. O Fórum de Pró-Reitores reafirma, no livro *Extensão Universitária: Organização e Sistematização*, publicado em 2007, a importância da participação do estudante em ações de extensão como um processo acadêmico:

[...] toda ação de extensão deverá estar vinculada ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, tendo o aluno como protagonista de sua formação técnica para obtenção de competências necessárias à atuação profissional, e de sua formação cidadã – reconhecer-se agente da garantia de direitos e deveres, assumindo uma visão transformadora e um compromisso. (EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO 2007, p. 18)

A extensão no curso de graduação em administração do CAA/UFPE enfrenta o desafio de se desenvolver sem que os incentivos necessários lhes sejam dados completamente. Apesar do caráter indissociável entre o ensino, a pesquisa e a extensão que confere, teoricamente, a mesma importância para as três atividades fim da universidade, pelo que pudemos avaliar, o PPC do curso de graduação em administração do Centro coloca a extensão como fator mínimo para formação do administrador. Desta forma, se o documento que orienta as atividades do curso, apresenta a extensão como instrumento de menor importância para a formação do estudante, qual é a contribuição que pode ser esperada da extensão universitária para a formação dos estudantes

de administração do CAA/UFPE? Nesse sentido, na próxima seção apresentamos a análise e discussão da compreensão da extensão desenvolvida no curso.

5.2 Análise e discussão das Informações coletadas

Após o levantamento das informações relativas ao PPC, buscamos nos aprofundar nas propostas de ações de extensão realizadas no Centro para o curso de graduação em administração. Para isso, começamos uma busca pelas evidências nos meios que disponibilizávamos. Procuramos utilizar apenas informações de cunho público, onde o acesso é possível a todos. O horizonte de tempo de nossa pesquisa foi desde a inauguração do CAA/UFPE, em 2006, até o ano de 2014. Utilizamos também em nossas pesquisas os arquivos do banco de dados do SIEX e as informações disponíveis no SIGProj.

Elaboramos uma lista com as informações relevantes ao nosso estudo, elencando cada proposta de ação por ano. No tópico “4.3.3 Procedimento para alcance do objetivo específico III” do capítulo 4, exemplificamos o modo como agrupamos todas as propostas. Nosso objetivo ao realizarmos esse processo foi, através dele, identificar nas descrições/resumos das propostas as características de extensão como descrita em sua definição “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade (PNE, 2009 p. 42)”.

Dando continuidade ao processo de coleta de evidências, elaboramos uma entrevista que foi aplicada aos docentes do curso. O objetivo desta foi identificar a concepção e a atuação dos docentes, quanto ao significado de extensão para o curso e a relevância percebida na formação do estudante. O tratamento dado às informações coletadas nas propostas de ações e nas entrevistas foi através do método da análise de conteúdo. Definimos como categorias de análise as cinco Diretrizes para ações de extensão da FORPROEX, conforme discutido na fundamentação teórica deste trabalho. Após essa definição, realizamos os recortes nas informações e alocamos as unidades de registro nas categorias que representavam o significado de cada uma delas. A seguir apresentamos o processo de alocação das unidades recortadas, segundo a definição de cada categoria de análise.

5.2.1 Interação Dialógica

Identificamos cinco propostas que se adequaram a categorização de Interação Dialógica, pois trouxeram em suas descrições características como estímulo ao debate sobre assuntos de interesses públicos, o atendimento dos excluídos, a promoção de diálogo, a socialização de saberes e de experiências, e a inclusão social. Apresentamos as unidades analisadas no quadro abaixo.

Quadro 5 – Interação Dialógica

INTERAÇÃO DIALÓGICA
– [...] Divulgar e estimular o debate sobre economia solidária no conjunto da sociedade de Caruaru [...]
– [...] Atender os excluídos do processo econômico e social, promovendo o diálogo com a sociedade civil organizada [...]
– [...] socializar saberes e experiências entre a universidade e os empresários [...]
– [...] Este projeto tem como objetivo promover a inclusão social de populações excluídas digitalmente [...]
– [...] O principal intento do projeto é promover uma maior reflexão sobre a exclusão étnico-racial de determinados cargos [...].

Fonte: A autora

As respostas dos entrevistados revelaram que a interação dialógica tem sido uma das principais preocupações assumidas pelas propostas de ações extensionistas. Apresentamos no quadro abaixo as unidades de análise que expõem este caráter das atividades.

Quadro 6 – Interação Dialógica – Análise de Entrevistas

Categoria Analítica	Respondente 1
Interação Dialógica	[...] Extensão é uma atividade que a universidade desenvolve no sentido de aproximar a comunidade, onde ela está inserida [...] [...] todo mundo tem coisa para ensinar. Então, a universidade tem como absorver muita coisa do conhecimento popular [...]
	Respondente 2
	[...] entende extensão como diálogo, comunicação, troca de saberes, certo? Então, extensão não é transmissão de conhecimento, você não sabe nada então eu vou lá na tua comunidade e te ensino a fazer alguma coisa, a visão de Paulo Freire é comunicação, não é transmissão. Não é verticalizar o saber, mas problematizar, provocar o diálogo e a partir daí construir o conhecimento, né?
	Respondente 3
	São atividades que você chega mais próximo da comunidade tentando enxergar suas demandas e como as ferramentas que nós trabalhamos aqui dentro da universidade podem colaborar, podem ajudar na melhoria dessas demandas.
	Respondente 4
	[...] ela é um dos tripés da universidade, umas das atividades fins da universidade e ela reuni projetos, ações, toda e qualquer atividade que busque essa interação entre universidade e sociedade, essa troca de conhecimento, a construção, o desenvolvimento de competências e que favoreça, traga benefícios, tanto para a sociedade como para universidade. [...]

Fonte: A autora

Ao interagir dialogicamente a universidade passa a ser vista pela comunidade como uma parceira que poderá prestar algum serviço necessário, mas que também estará aberta ao diálogo, na busca da construção de um saber contextualizado que traga em si a característica da teoria

vista na prática e vice-versa. Jezine (2004) afirma que o projeto extensionista que está alicerçado no princípio da extensão como um processo educativo na compreensão da academia, tem o objetivo de relacionar os diversos saberes, em uma profunda relação da produção do conhecimento com a realidade social. A comunidade participa, a universidade democratiza o espaço da construção do conhecimento e ambas são beneficiadas. Essa característica reforça a concepção de extensão que Serrano (2011) afirma ser instrumento para o processo dialético teoria/prática e que problematiza de forma interdisciplinar, viabilizando uma percepção ampla e integrada da realidade social.

Quanto à formação do estudante de administração, ações que se caracterizam por sua interação dialógica, aproximam-no da realidade e do contexto social em que atuará, possibilitando formar um profissional mais crítico e ético em suas práticas. Ser um profissional crítico e ético, como também, socialmente responsável são algumas das características que devem compor, de acordo com o PPC, a formação do estudante de administração do CAA/UFPE.

Seguindo as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais que evidenciam no seu art. 4º inciso VI, que o curso deve propiciar que o estudante obtenha a capacidade de transferir os conhecimentos vividos e as experiências cotidianas para o ambiente de trabalho, o PPC traz como habilidades e competências a “6) capacidade de elaborar e interpretar cenários tendo como base conhecimentos teóricos e vivenciais sobre realidades locais e globais”, como também “15) fomentar a autodeterminação como sujeito autônomo, reflexivo, ético, socialmente responsável e inovador, dotado de visão crítica do contexto no qual vive e trabalha” (PPC, 2010, p. 16-17). Com isso, torna-se evidente que atividades que oportunizam a interação dialógica entre universidade e sociedade contribuem positivamente para a formação do estudante, colaborando para um exercício de profissão inovador e pronto a adaptar-se ao meio de atuação, pensando a realidade global no processo de tomada de decisões.

5.2.2 Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade

Dentre as ações de extensão desenvolvidas para o curso de graduação em administração do CAA/UFPE, identificamos apenas uma proposta que se caracterizou nesta categoria, de acordo com as informações que tivemos acesso. Quanto a esta proposta de ação o caráter

interdisciplinar é evidenciado no título da mesma, que também foi utilizado como descrição da proposta.

Quadro 7 – Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade

INTERDISCIPLINARIDADE E INTERPROFISSIONALIDADE
- 1º Ciclo interdisciplinar de palestras para o aprimoramento empresarial do Agreste Pernambucano.

Fonte: A autora.

A interdisciplinaridade busca a quebra do pensamento cartesiano presente no ensino da maioria dos cursos e, conseqüentemente, também no curso de graduação em administração, que decompõe as organizações em partes menores para melhor estudá-las, mas que muitas vezes as isola e não as conectam para dar uma visão geral. Chiavenato (2003, p. 31) afirma que “o método cartesiano teve influência decisiva na administração: a administração científica, as teorias clássicas e neoclássicas tiveram muitos de seus princípios baseados na metodologia cartesiana”. Podemos compreender que este modelo de ensino se configura como reprodução da prática e vice-versa; as organizações se dividem em partes, dão resultados por departamentos e nem sempre conseguem visualizar completamente a complexidade de todas as ações da organização.

Ações de extensão que proporcionam ao estudante a superação da dicotomia citada na Política Nacional, visão holista *versus* especializada, atuando de forma que a complexidade geral seja vista e compreendida ao mesmo tempo em que a ação especializada, focada na resolução de um problema seja possível, torna a experiência ainda mais rica e abrangente, pois permite entender que se pode ser especialista em determinada área sem deixar de lado a complexidade do todo.

As *Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração* trazem a interdisciplinaridade inserida no contexto de atividades complementares que devem enriquecer a formação do estudante. O art. 5º declara em seu inciso IV o que deve ser trabalhado como conteúdos de formação complementar: “estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando”.

Reafirmando a interdisciplinaridade como atividade complementar e abarcando as ações de extensão na mesma categoria de atividades, o art. 8º das Diretrizes diz que:

[...] as atividades complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

O aspecto da Interdisciplinaridade não foi mencionado entre os respondentes da entrevista, assim como também no PPC de Administração do CAA não identificamos esta característica, na verdade, a interdisciplinaridade não é mencionada no texto sob qualquer perspectiva, apesar desta estar presente no documento que institui a condução das práticas do curso, como também a elaboração dos Projetos Pedagógicos de cada IES.

5.2.3 Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão

Quanto à categoria analítica Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão não identificamos qualquer proposta de ação extensionista que pudesse se enquadrar. Analisamos os resumos das propostas na perspectiva de encontrar alguma característica que indicasse que as mesmas trabalharam a pesquisa e o ensino, no exercício da extensão. Evidentemente, muitas ações se desenvolvem a partir de alguma temática pesquisada ou ensinada em sala de aula, porém, ao partir para a prática da extensão, a pesquisa e o ensino assumem, geralmente, duas posições distintas; ou é ensino, nomeada como ação de extensão, com o sentido de alongar o tempo do ensino através de minicurso ou palestra para complementar o que não foi visto em sala e que, na maioria das vezes, alcança apenas os estudantes da própria instituição, ou é pesquisa, quando a suposta atividade de extensão serve como uma maneira de chegar a comunidade-objeto para conseguir informações sobre algum fenômeno ou comportamento, mas que não proporciona a construção do conhecimento por meio de diálogo entre as partes.

Quanto à formação cidadã, também mencionada na definição desta categoria, podemos evidenciar a fala do *Respondente 2* que cita a extensão como um meio de formar estudantes para a cidadania. Assim, a extensão assume a relevância de ser uma maneira pela qual o docente e a IES pode estimular o estudante a desenvolver um novo olhar sobre a realidade social na qual atuará profissionalmente e poderá se ver como agente de transformação.

Quadro 8 – Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão – Análise de Entrevistas

Categoria Analítica	Respondente 2
Indissociabilidade	[...] um aluno que participa de um projeto de extensão, ele tem uma formação para a cidadania, formação profissional né? Eu dei esse aspecto de formação para a cidadania por que ele entra contato com a realidade. Cidadania. Se eu vou numa ONG lá dos animais, dos idosos, eu to despertando uma consciência crítica, eu to olhando pra uma realidade, vendo os desafios dessa realidade [...]

Fonte: A autora.

Formar profissionais com consciência crítica, como vimos anteriormente, é um dos objetivos que constam nas *Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração* e no PPC do CAA/UFPE. O ambiente acadêmico capacita o estudante quanto ao técnico, quanto ao teórico, mas é o confronto com os desafios da realidade que podem forjar o caráter cidadão do profissional. Administrar envolve tomar decisões que podem influenciar e/ou transformar não só o ambiente interno da empresa, mas muitas vezes, o ambiente externo. E para se ter real dimensão desse impacto é preciso conhecer e compreender a complexidade que está contida dentro e fora das empresas.

O PPC afirma que um dos objetivos do curso é a “formação de profissionais com senso de cidadania ampliado pelo exercício acadêmico, voltando-o para reflexões críticas de natureza humana, social, ambiental, e organizacional” (PPC, 2010, p. 15). Apesar disto, os documentos que orientam as práticas do curso, não citam a Indissociabilidade e não tratam da formação cidadã especificamente, focam a formação profissional, mencionando questões como responsabilidade social, ambiental e cidadã em alguns trechos, mas nada que se aprofunde nas temáticas.

5.2.4 Impacto na Formação do Estudante

Na categoria Impacto na Formação do Estudante alocamos dez propostas de ações que se enquadraram nesta. Abaixo apresentamos as unidades de análise que justificaram a categorização.

Quadro 9 – Impacto na Formação do Estudante

IMPACTO NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE
– [...] Disseminar cultura de gestão de alto desempenho.
– [...] fornecer um novo olhar sobre a ética que contemple: pensar o contingente, estudar a cultura da era das tecnologias de contato, da informação e da comunicação.
– Apoio Técnico à equipe do departamento de comunicação e imagem do Tribunal Administrativo de Moçambique (TA-MZ) para elaboração de plano de Comunicação.
– Solidificar os conhecimentos adquiridos na área de métodos quantitativos pelos alunos do curso de administração [...]
– [...] consolidar os conhecimentos em gestão de pessoas, capacitando os alunos a enfrentarem os novos desafios organizacionais.
– [...] irá promover atividades para que os servidores públicos e alunos de administração possam ampliar sua formação, oferecendo espaços para uma reflexão sobre a conduta ética no exercício profissional.
– [...] Apresentar a estudantes de graduação em Administração -- o público-alvo primário -- métodos de ordenamento de conhecimentos técnico-científicos em turismo [...]

Continuação do Quadro 9 – Impacto na Formação do Estudante

– [...] abarcando temas contemporâneos e emergentes relacionados às organizações, no intuito de dinamizar e reciclar as práticas de gestão [...]

– [...] facilitar o acesso dos alunos a produções cinematográficas que contribuam para a formação crítica-reflexiva dos mesmos ampliando seu repertório cultural, facilitando o desenvolvimento de sua capacidade crítica e procurando estabelecer um vínculo entre a grade curricular de seus cursos com as questões socioculturais mais amplas. Nele poderão ser discutidos temas ligados a questões políticas, familiares, sobre diversidade, estratégias de marketing, ciência e religião, dentre outros temas.

– [...] O minicurso lecionado, voltado para a área gerencial, deve mesclar a teoria e prática constantemente. Desse modo, o conteúdo envolve a explanação de conceitos teóricos, fórmulas e também, a associação com a prática, através de exemplos conhecidos do cotidiano de todos, o que torna a assimilação muito mais eficiente [...]

Fonte: A autora

Classificamos essas atividades nesta categoria por trazerem em suas descrições as características definidas na Política Nacional, como o contato dos estudantes com as problemáticas sociais na busca de soluções para esses problemas, o que tem como consequência o enriquecimento do aprendizado dos mesmos. E, além disso, muitas das ações aqui categorizadas buscavam a consolidação do conhecimento do estudante ao proporcionar atividades que aliam o ensino e a prática.

Durante as entrevistas os *Respondentes 2 e 4* discorreram sobre a possibilidade que o estudante tem de entrar em contato com a realidade e solidificar o conhecimento adquirido, através da extensão.

Quadro 10 – Impacto na Formação do Estudante – Análise de Entrevistas

Categoria Analítica	Respondente 2
Impacto na Formação do Estudante	[...] então se o aluno está envolvido com a extensão, com projetos de extensão focados na sua formação de administrador, né? Por que o curso de administração forma gestores de organização, então se ele tem contato com organizações através de projetos de extensão, ele tá colocando em prática o saber adquirido, né? [...] Confrontando teoria e prática, e realidade das organizações sob o ponto de vista da gestão. Segundo lugar, ele tá aprendendo a desenvolver projetos [...] Então na formação de um administrador [...] um projeto de extensão, permite ao aluno desenvolver essas habilidades de gestor, né? [...]
	Respondente 4 Não pode nem ser só teoria, nem ser só a prática, as duas, elas interagem, elas se combinam, mas eu acho essencial na formação do administrador por que permite que a gente desenvolva competências que vão favorecer transitar com mais facilidade entre a teoria e a prática.

Fonte: A autora

Muitos estudantes reclamam da falta de algum instrumento prático no ensino da administração, como menciona o *Respondente 4*, em outro trecho da entrevista, “[...] Sempre, assim, uma demanda dos alunos é verem a prática [...]”. O estudante que consegue contextualizar o conhecimento adquirido, colocando-o em prática ainda dentro da academia, possivelmente sai da universidade melhor preparado para os desafios de sua profissão.

No que se refere à junção entre a teoria e a prática no ensino da administração, as Diretrizes Curriculares apenas mencionam em seu art. 2º, parágrafo primeiro, inciso V que o PPC de cada IES deve trazer como elementos estruturais os “modos de integração entre teoria e prática”, mas não especifica quais os modos que podem ser adotados para o alcance dessa integração.

O PPC de Administração do CAA/UFPE propõe a integração teoria e prática, na formação do estudante, além da realização do estágio supervisionado, através de laboratórios que simulam ambientes, como o *Laboratório de Simulação de Ambientes Empresariais* – LASAE, que “propõe-se a desenvolver algoritmos de simulação de resultados baseados em técnicas e

teorias de Gestão de alto desempenho” (PPC, 2010, p. 39), o *Laboratório de Decisões Estratégicas – LDE*, que “simula a ação dos dirigentes de empresas, enfatiza os aspectos relevantes do processo decisório e um desempenho satisfatório depende do desenvolvimento de um trabalho de equipe eficiente suportado por aspectos teóricos relevantes” (PPC, 2010, p. 40), entre outros laboratórios propostos pelo Projeto Pedagógico. Contudo, esses laboratórios não foram implantados até o momento. Percebe-se, então, que as ações de extensão desenvolvidas pelos docentes assumem o papel de proporcionar o enriquecimento da formação dos estudantes, ao permitir o contato com a sociedade e os diversos setores que possam contribuir para a qualificação profissional dos mesmos.

5.2.5 Impacto e Transformação Social

Dentre as propostas de ações avaliadas conseguimos identificar a característica Impacto e Transformação Social em vinte e duas propostas. Em suas descrições encontramos aspectos como o desenvolvimento social e regional, e ainda, o aprimoramento de políticas e o atendimento de necessidades de determinadas comunidades, o que nos permitiu categorizá-las nesta temática.

Quadro 11 – Impacto e Transformação Social

IMPACTO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
– [...] aproximar a oferta (escritórios de serviços contábeis e contadores independentes) da demanda (pequenas e médias empresas da região de caruaru) para identificar possíveis descompassos entre a oferta e demanda de tais serviços.
– Através do oferecimento de diversas Oficinas, capacitar os dirigentes e associados de Organizações da Sociedade Civil, jovens e outros participantes de movimentos sociais e culturais que atuam em busca do desenvolvimento de uma Economia Solidária.

Continuação do Quadro 11 – Impacto e Transformação Social

– Levantar questionamentos sobre os valores das práticas administrativas públicas e privadas [...]
– O programa será composto por 03 projetos de extensão, que objetivam capacitar o público alvo (gestores e demais profissionais envolvidos na produção de bens e serviços relacionados ao Arranjo Produtivo Local) nas áreas de gestão empresarial, gestão da produção e gestão ambiental.
– Divulgar e estimular o debate sobre economia solidária no conjunto da sociedade de Caruaru e microrregião, identificando novos agentes que podem se tornar os parceiros de construção das políticas de economia solidária.
– Visa conscientizar e orientar os micro e pequenos empresários para a importância das informações geradas pela contabilidade no processo de tomada de decisão.
– Propiciar aos participantes adquirir capacidade de avaliação prévia das conveniências conjunturais e estruturais para a criação de uma ONG, fornecer conhecimentos dos princípios fundamentais para sua criação e capacitar para sua gestão.
– [...] visa qualificar os profissionais, estagiários e estudantes da cidade de Caruaru e vizinhas na prática do planejamento de projetos [...]
– [...] objetivo geral contribuir com as ações de planejamento, monitoramento, avaliação e a sistematização (PMAS) do Centro de Educação Infantil Santa Maria [...]
– [...] pretende conscientizar e capacitar às artesãs, os empresários locais e a comunidade em geral envolvida no processo produtivo da Renascença na cidade de Poção, a fim de propiciar o resgate de uma tradição através de trabalho e renda, promover a sustentabilidade local, criar mais oportunidade de emprego e renda e contribuir para a melhoria das condições sociais e econômicas de Poção, além da reeducação da sociedade para a preservação cultural, social e ambiental.

Continuação do Quadro 11 – Impacto e Transformação Social

– [...] geral proporcionar aos participantes a capacidade de administrar projetos empreendedores na área da economia criativa com segurança e profissionalismo [...]
– Os objetivos são mobilizar, capacitar, reconhecer, gerar e disseminar conhecimento sobre as práticas de responsabilidade social e sustentabilidade de empresas, governo, ongs e entidades de todos os portes, setores e regiões do Agreste Pernambucano.
– tem por objetivo propiciar aos participantes da ONG Centro de Cultura e Arte Gregório Bezerra, do município de Paudalho do Estado de Pernambuco adquirir capacidade de avaliação das conveniências conjunturais e estruturais para a criação de uma organização não governamental, fornecer conhecimentos dos princípios fundamentais que devem nortear a decisão de sua criação e capacitar para a sua gestão de forma que ela se consolide no tempo e se mantenha como instituição saudável, acreditada e com sustentabilidade.
– a atividade e inaugurará uma agenda de ações de cultura de paz voltadas, prioritariamente, para o CAA/UFPE, integrando a sociedade e diversas organizações já comprometidas e mobilizadas com ações nessa temática na cidade.
– [...] Esta ação consiste em realizar palestras abarcando temas contemporâneos e emergentes relacionados às organizações, no intuito de dinamizar e reciclar as práticas de gestão dos empreendimentos e dos negócios locais.
–[...] promover ações e reflexões para a percepção da necessidade e urgência do engajamento por uma sociedade menos violenta, mais justa e solidária. Deste modo, o projeto além de promover palestras que contribuirão para a reflexão sobre a temática, também pretende promover diversos outros tipos de ações que contribuam na difusão da Cultura de Paz.
– [...] objetivo geral promover uma campanha de conscientização que abordará causas de maus tratos e abandono de animais, prática que vem crescendo cada vez mais na sociedade.

Continuação do Quadro 11 – Impacto e Transformação Social

– [...] objetivo geral contribuir com as ações de planejamento, monitoramento, avaliação e a sistematização (PMAS) de organizações não governamental (ONGs). Do ponto de vista acadêmico o projeto se realiza articulado com o ensino da disciplina Tópicos Avançados de Administração Geral - Gestão de Organização que é oferecido pelo curso de administração – CAA.
– Este trabalho se propõe a oportunizar uma reflexão, por parte, desses profissionais acerca da relevância de seus serviços e dos sentimentos que podem despertar, naqueles que dele se utilizam. Através de um trabalho dinâmico e participativo, o curso visa proporcionar a esses indivíduos uma compreensão do ato de servir com competência, ética e responsabilidade.
– [...] elaborou-se uma proposta de ação que consiste em realizar um treinamento específico com os membros das organizações a fim de proporcionar reflexões e questionamentos sobre o trabalho em equipe, facilitar a percepção da importância de vínculos com confiança e facilitar o processo de comunicação entre os membros do grupo.
– Considerando a necessidade da universidade manter um diálogo com a sociedade, a partir dos estudos realizados no âmbito desta, o Administração em Ação vem contribuir neste sentido, cujo objetivo do evento é apresentar pesquisas que foram realizadas pelos alunos (Graduandos em Administração) em empresas locais, além de promover o debate sobre gestão da qualidade e a competitividade empresarial [...]

Fonte: A autora

A extensão como transformação social deve abrir espaço para a sociedade como parceira. Não coisifica o homem e seu saber, como adverte Freire (1969). As atividades desenvolvidas para o curso de graduação em administração interagiram com empresas, organizações não governamentais, movimentos sociais relacionados à área, sindicatos e funcionários dessas entidades, trabalharam na expectativa de aprimorar técnicas, reciclar conhecimentos, reivindicar melhorias das políticas públicas e repensar o comportamento social na vida coletiva.

As ações de extensão realizadas pela universidade trazem benefícios para a sociedade não só do ponto de vista assistencialista através da prestação de um serviço, mas por que sua aproximação permite a construção do conhecimento, e como consequência se concebe uma nova perspectiva sobre a realidade, não só para os acadêmicos envolvidos na ação, mas também para a

comunidade que participa. Essa diretriz enfatiza a importância da atividade extensionista dialógica, ressaltando que o desenvolvimento social se torna possível a partir do momento que a sociedade entende que também é parte fundamental desse movimento.

A Política Nacional afirma que o alcance do objetivo desta diretriz, com vistas à obtenção do desenvolvimento nacional defendido pela mesma, “é potencializado nas ações que se orientam pelas diretrizes de Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade e por fim, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão” (POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2009, p. 55-56).

Apesar de, praticamente, metade das propostas de ações⁸ para o curso de graduação em administração, terem a característica desta categoria, por tomarem como objetivos o atendimento de alguma demanda ou necessidade da sociedade, ou ainda, dos setores relacionados ao curso, entre os entrevistados a questão da transformação social não foi citada. Isso se deve ao fato de que o foco dos questionamentos, durante as entrevistas, estava no processo de formação do estudante do curso, como também o impacto que poderia causar a extensão, nos futuros profissionais.

É evidente que o estudante que tem alguma experiência extensionista em sua graduação, e que se depare com as características aqui elencadas, poderá se formar com uma visão mais abrangente da sua realidade, e ainda, consciente de que pode, através do exercício de sua profissão, transformar e interagir de modo a contribuir com o cenário local e regional.

[...] desenvolver e implementar projetos considerando seu potencial impacto nos ambientes interno e externo das organizações; Aperfeiçoar a capacidade de formular e implementar estratégias que atendam ao perfil empresarial, estando atento ao cenário regional, nacional e internacional (PPC, 2010, p. 17).

Tais habilidades e competências são ensejadas no PPC de Administração do CAA/UFPE e os egressos do curso devem obtê-las no período de sua graduação. As Diretrizes Curriculares como também o PPC, trazem o possível impacto social causado pelo exercício da profissão, tratando quanto à tomada de decisões conscientes e a adoção de uma postura socialmente responsável. Não é analisada a formação completa do administrador, que coadune profissão e cidadania, pois esta pode ser um diferencial na prática profissional. Um olhar crítico e

⁸ Doze propostas de ações para o curso de graduação em administração não puderam ser avaliadas, em nosso estudo, devido a falta de informações necessárias para a análise e categorização das mesmas.

contextualizado sob o cenário de atuação torna o administrador apto a lidar de forma mais eficiente e eficaz com as problemáticas que possam surgir. No próximo capítulo apresentamos nossas considerações finais, também as limitações encontradas em nosso estudo e ainda nossas sugestões para as práticas do curso e para as futuras pesquisas na área.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão universitária tem relevância para a formação de profissionais de quaisquer áreas. Além de ser um dos fins da universidade, tem constitucionalmente a mesma importância que a pesquisa e o ensino. No entanto, na prática enfrenta certa desvalorização em relação às outras duas finalidades e, além disso, dificuldades em sua própria concepção. Nesse sentido, enfatizamos a fala de Serrano (2011) que afirma que toda extensão que desconhece a cultura da comunidade a quem se destina é antidialógica e manipuladora. É através de uma extensão que constrói conjuntamente o conhecimento, e não modela a sociedade ao seu, que a universidade pode levar os estudantes a confrontar-se com a realidade social, enriquecer seus perfis profissionais e compreender aos seus papéis de agentes de transformação, respeitando a cultura e os costumes e agregando o seu conhecimento ao meio e o conhecimento da comunidade ao seu.

Em nosso estudo percebemos que nem todas as propostas submetidas podem ser caracterizadas como extensão se levamos em conta as Diretrizes. No entanto, aquelas que se enquadraram na concepção do FORPROEX oportunizam impacto na formação dos estudantes. Proporcionaram aos estudantes o diálogo com a sociedade e demais setores sociais, os aproximaram da realidade local e das problemáticas que emergem dela, incitando o pensamento crítico e o olhar humanísticos para aspectos, muitas vezes, sucumbidos pela visão neoliberalista que vigora atualmente e que está arraigado nas práticas empresariais.

Quanto à análise das entrevistas, traçamos um comparativo entre as respostas dos entrevistados e as informações coletadas nas propostas de ações para o curso. Os docentes entrevistados apresentaram a concepção de uma extensão que sai da universidade e alcança a sociedade para construir o conhecimento, conceito que corresponde ao promulgado pela FORPROEX e utilizado pela UFPE.

Apesar disso, no PPC de administração do CAA/UFPE, não identificamos a relevância da extensão como uma atividade significativa para a formação dos estudantes. À extensão foi destinado um conceito de atividade nivelamento:

Todos os Professores são Dedicação Exclusiva e, desta forma, têm horário de atendimento ao Corpo Discente afixado nas portas de suas salas de trabalho. Portanto, os alunos sabem exatamente quando encontrarão os professores fora de sala, sempre tendo atendimento. As atividades de nivelamento se dão através de mini-cursos e de atividades de extensão (PPC, 2010, p.21).

O texto em que encontramos menção a extensão dentro do PPC, parece desconexo ao contexto em que está inserido. Esse trecho trata sobre o atendimento, por parte dos docentes, aos discentes. Não está claro o porquê de agrupar no mesmo texto as atividades de nivelamento com a disponibilidade de horários dos professores para o atendimento dos estudantes. Outra observação, é que não foi possível compreender qual é o conceito de extensão concebido no PPC, já que o mesmo, no assunto, é ambíguo, como quando distingue minicursos que são modalidades de extensão, das demais atividades de extensão.

Identificamos que no PPC a carga horária livre, definida em duzentas e quarenta horas, que poderia ser utilizada com extensão universitária, com vistas a possibilitar o enriquecimento da formação do estudante, foi reduzida para cento e vinte horas em atividades como minicursos, palestras, seminários, entre outras, enquanto as demais cento e vinte horas restantes foram transformadas em ensino, em que o estudante opta por componentes curriculares eletivos.

Porém, ao analisar as *Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração* percebemos que a extensão universitária também não ocupa um lugar que possa ser considerada como relevante na formação dos estudantes. Então, seguindo os moldes das *Diretrizes Curriculares*, o PPC de administração do CAA/UFPE não manifesta uma relevância clara nem adequação da concepção de extensão de acordo com as Diretrizes de Extensão. Enfim, a extensão universitária no PPC tem um trato mínimo da temática, trazendo-a de forma superficial e confusa.

6.1 Limitações

A pesquisa deparou-se com algumas limitações, entre elas, a maior dificuldade foi quanto à coleta das informações, especialmente, quanto ao levantamento das propostas de ações de extensão para o curso de graduação em administração. Não há na coordenação setorial de extensão do CAA/UFPE nem na PROEXT o arquivamento dos projetos submetidos via SIEX, mas apenas, algumas informações de registros, por isso, optamos em analisar apenas as informações públicas. Também não tivemos a oportunidade de acompanhar o desenvolvimento e conclusão de alguma ação. Nossa avaliação se limitou, portanto, àquilo que estava disponível nos meios consultados, o site da UFPE, o SIGProj e os dados disponibilizados pela PROEXT. Além disso, outra dificuldade, é que percebemos que algumas ações são realizadas sem o devido cadastramento no SIGproj, o que dificultou uma abordagem aprofundada da pesquisa, podendo

ter escapado algumas nuances. No que se refere às entrevistas, tivemos dificuldades para encontrar os professores do curso no CAA/UFPE, pois o período de realização das entrevistas foi na segunda semana de dezembro de 2014, período próximo ao recesso natalino, quando a maioria dos docentes já estavam em processo de conclusão da primeira unidade do semestre e, portanto, menos frequentes no *campus*. Agendamos várias entrevistas com docentes, porém, nos dias e horários, os mesmos não compareceram.

6.2 Sugestões

Analizamos os dados e informações coletadas sob a perspectiva do nosso problema de pesquisa e com base nos resultados percebidos elaboramos algumas sugestões que podem ser implementadas às práticas do curso de graduação em administração do CAA/UFPE. Ressaltamos, ainda, que nosso estudo foi direcionado pela problemática, portanto, outros pesquisadores podem encontrar novos resultados a partir dos mesmos elementos.

Inicialmente, sugerimos que em uma futura revisão do PPC seja reavaliada a relevância da extensão para o curso, pois, como mostrado nesse trabalho, além do princípio constitucional da indissociabilidade, as atividades extensionistas podem contribuir positivamente na formação dos estudantes. Um dos questionamentos nas entrevistas realizadas era se o entrevistado conhecia alguma política de incentivo à extensão para área de administração, interna ou externamente, e as respostas foram todas negativas. Pensando na importância da extensão para formação dos estudantes e a desvalorização da mesma em relação ao ensino e a pesquisa, sugerimos maior investimento no seu fomento. Nesse sentido, é importante que sejam criados espaços em que os docentes e discentes possam passar por processos periódicos de qualificação quanto à prática extensionista, para que se mantenham familiarizados com as políticas nacionais e os critérios necessários para o desenvolvimento das ações, e assim as atividades desenvolvidas mantenham sua influência positiva na formação dos estudantes do curso.

Para pesquisas futuras, sugerimos para um estudo que pretenda continuar investigando a relevância da extensão na formação superior, que observem a execução das atividades, a fim de perceber seu impacto na formação diretamente, bem como, a realização de entrevistas com egressos dos cursos e com os agentes sociais envolvidos nas atividades, no intuito de identificar

quais suas percepções sobre o assunto e se a extensão, de fato, influencia de alguma forma, seu modo de atuar profissionalmente.

REFERÊNCIAS

AKTOUF, Omar. **Ensino de administração:** por uma pedagogia para a mudança. v.12, n.35, out/dez, 2005, p. 151-159

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BENINCÁ, Dirceu (org.). **Universidade e suas fronteiras.** São Paulo: Outras Expressões, 2011.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2 n. 1, jan/jul, 2005, p. 68-80.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Currículo mínimo do curso de graduação de administração.** Brasília. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 11/10/2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES 4/2005.** Brasília, 2005, Seção 1, p. 26.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988, Brasília. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 15/10/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei 9.394, 1996. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**, 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 17/12/2014.

BRASIL. Lei 4.024, 1961. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, 1961. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 17/12/2014.

BRASIL. Decreto 19.851, 1931. **Estatuto das Universidades Brasileiras**, 1931. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 17/12/2014.

BRASIL. Decreto 53, 1966. **Lei de normatização de organização das universidades federais**. Brasília. Disponível em: <http://www.camara.leg.br>. Acesso em 10/11/2014.

BRASIL. Decreto 252, 1967. **Lei de normatização complementar**. Brasília. Disponível em: <http://www.camara.leg.br>. Acesso em 10/11/2014.

BRASIL. Lei 5.540 de 1968. **Lei de normatização de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média**. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 10/11/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Universidade Federal de Minas Gerais, PROEX. Ed. COOPMED, 2007.

CARBONARI, Maria Elsa Ehrhardt. PEREIRA, Adriana Camargo. **A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade**. v. 10, n 10, 2007. Disponível em <http://sare.unianhanguera.edu.br>. Acesso em 15/10/2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. <http://www.cfa.org.br/>. Acesso em 08/11/2014.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

FISCHER, Tânia. A formação do administrador brasileiro na década de 90: crise, oportunidade e inovações nas propostas de ensino. **Revista de Administração Pública**., Rio de Janeiro, v. 27, n 4, p. 11-20, out./dez. 1993.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Ed. Universitária – UFPE/PE. Rio de Janeiro, 2009.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução Rosisca Darcy de Oliveira, prefácio Jacques Chonchol, 7 ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1969.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63 mar./abr. 1995a.

_____. **A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 65-71, jul./ago. 1995b.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. Tradução Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

JEZINE, Edineide. **As práticas curriculares e a extensão universitária**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. 2, 2004, Belo Horizonte. *Anais 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária*. Belo Horizonte. 2004 Disponível em <https://www.ufmg.br>. Acesso em 06/10/2014.

LEI 4.796. **Sobre o exercício da profissão do administrador**. Disponível em <http://www.cfa.org.br>. Acesso em 07/10/2014.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil**. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 2, n. 2, p. 9-18, jan./abr., 2008.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELO, Jowania Rosas de. **O compromisso social da UFPE na extensão universitária**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

MENDONÇA JÚNIOR, Anselmo. **A universidade e o patrimônio cultural: uma análise das ações de extensão do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco com vistas à preservação da feira de Caruaru, patrimônio cultural imaterial do Brasil**. Dissertação de Mestrado apresentada no ano de 2013, Recife, UFPE.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MORESI, Eduardo (org.). **Metodologia de Pesquisa**. Universidade Católica de Brasília – UCB. Brasília, mar, 2003. Disponível em <http://ftp.unisc.br/>. Acessado em 16/12/2014.

MOTTA, Fernando Claudio Prestes. A questão da formação do administrador. **Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 4: 53-35 out./dez. 1983.

NICOLINI, Alexandre. Qual será o futuro das fábricas de administradores? **Revista de Administração de Empresas** • v. 43 • n 2, p. 44-54, abr/maio/jun, 2003.

PIZZINATTO, Nádia Kassouf. **Ensino de administração e o perfil do administrador: contexto nacional e o curso de administração da UNIMEP**. n 26, p. 173-190, 1999.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, a. 1, n. 1, jun. 2009.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária**: um diálogo com Paulo Freire. 2011. Disponível em <http://www.prac.ufpb.br>. Acesso em 06/10/2014.

SILVA, Cristiane R., GOBBI, Beatriz C., SIMÃO, Ana A. **O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa**: descrição e aplicação do método. Lavras, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias**: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TEIXEIRA, Marília Paula dos Reis. SILVA, Isabel Cristina da. Flávia Luciana Naves, MAFRA. Reflexões sobre a formação do administrador: uma abordagem a partir da inserção das questões sociais nos conteúdos disciplinares. **Revista Symposium**, FADMINAS, Lavras/MG, v. 9, n. 1, p. 5-22, jan./jun. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Análise do ICG da UFPE, 2007-2012**. Recife, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Boletim Oficial**. Recife, v. 48, n 12 Especial, p. 01-07, fev. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Centro Acadêmico do Agreste**. Disponível em <https://www.ufpe.br/caa>. Acesso em 20/12/2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Planejamento Estratégico da UFPE**. Disponível em <https://www.ufpe.br/> Acesso em 07/10/2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2009/2013**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Pró-Reitorias**. Disponível em <https://www.ufpe.br>. Acesso em 14/12/2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Centro Acadêmico do Agreste. **Projeto Pedagógico do Curso de Administração**, Caruaru, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Resolução CCEPE nº 1/2003**. Disponível em: <http://www.ufpe.br>. Acesso em 10/12/2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Resolução CCEPE nº 4/2005**. Disponível em: <http://www.ufpe.br>. Acesso em 10/12/2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Resolução CCEPE nº 9/2007**. Disponível em: <http://www.ufpe.br>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Regimento Geral**. Disponível em: <https://www.ufpe.br>. Acesso em 02/06/2015.

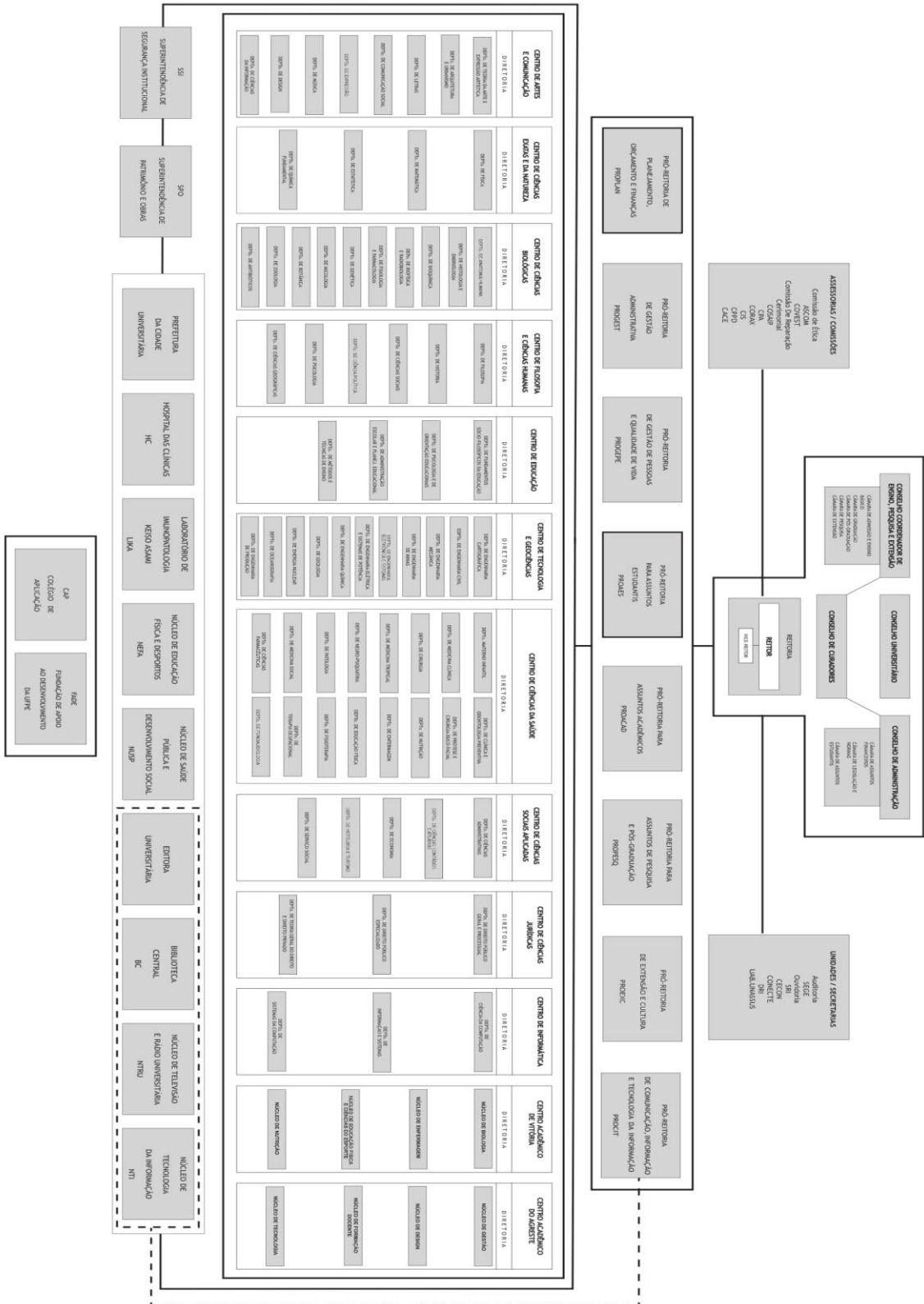
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Organograma da UFPE**. Disponível em: <https://www.ufpe.br>. Acesso em 03/06/2015.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas 2005.

ANEXOS

Anexo 1 – Organograma da UFPE

Fonte: UFPE



APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de entrevistas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO



Roteiro de entrevista

Entrevista aberta e semiestruturada.

Público Alvo: Docentes do curso de Administração do CAA.

Objetivo Geral: Analisar as propostas de atividades de Extensão realizadas por docentes do curso de Administração do CAA/UFPE, a fim de perceber como a Extensão universitária tem contribuído na formação dos estudantes do CAA/UFPE.

Nome do entrevistado:

1. Qual foi a sua formação básica no ensino superior?
2. Quanto tempo de experiência docente no ensino superior?
3. Participou de colegiados, núcleos docentes estruturantes ou da gestão de algum curso de administração?
4. Você participou de alguma atividade de Extensão no período de sua formação básica? Se sim, quais tipos de ações? (Cursos, projetos, eventos, programas)
5. Você realiza ou já realizou alguma atividade de Extensão como docente? Qual atividade realizou (Título/ Período/ Tipo) e como foi a experiência?
6. O que é Extensão Universitária para você?
7. Em sua opinião, qual a importância da Extensão na formação do administrador?
8. Você conhece alguma política de incentivo (editais direcionados, programas) à Extensão direcionada para o curso de Administração na UFPE ou em outras IES?

Apêndice B – Respostas das Entrevistas – Respondente 1

Quadro 12 – Respostas das Entrevistas – Respondente 1

Perguntas	Respondente 1
1. Qual foi a sua formação básica no ensino superior?	R - Estatística.
2. Quanto tempo de experiência docente no ensino superior?	R- Na UFPE eu comecei em 1973, agosto de 73, então em 73... eu tenho mais de 41 anos de docência.
4. Você participou de alguma atividade de Extensão no período de sua formação básica? Se sim, quais tipos de ações? (Cursos, projetos, eventos, programas)	R – Não. Não tinha, na realidade naquele período a ideia era participar de congressos, seminários... Eu até que tive, é... sorte, por que a minha turma era muito, cheia de gente com iniciativa, aí eu entrei 68 e em 69 nós participamos de um congresso em Poços de Caldas no... fica no interior de Minas Gerais, uma cidade pequena, sabe? Daquele circuito das águas. E foi a primeira vez que eu fui, que tive no Rio de Janeiro, que era, para você ter uma ideia, a estrada ainda era no pedaço que não era asfaltada, quando a gente atravessava o rio São Francisco, atravessava numa balsa, não tinha aquela ponte impropriadamente atrás.
5. Você realiza ou já realizou alguma atividade de Extensão como docente? Qual atividade realizou (Título/ Período/ Tipo) e como foi a experiência?	R - Olha, eu no momento, eu não, infelizmente não, eu nunca, a minha experiência em Extensão não foi no sentido de eu desenvolver uma atividade de Extensão, eu é... Quando eu tive no curso de engenharia produção, é... Me indicaram pra ser o representante de Extensão no, no departamento de engenharia de produção, e eu, é... Achei interessante por que, foi mais um aprendizado, o... Eu esqueci o termo usado, ou seja, todos os representantes de Extensão de todos os departamentos, por que lá o CTG tem 10 departamentos, aí falavam da Extensão, alguns não tinham, quer dizer o departamento de engenharia de produção tinha pouca atividade de Extensão por que historicamente a universidade não premiava nem o professor que fazia extensão, o prêmio maior era para pesquisa, então havia sempre, esse pessoal de ciências exatas, que a pesar que engenharia não é ciências exatas, mas da minha origem, que foi estatística, eles é... Não têm uma noção, eu não sei se não têm noção ou eles não valorizam a extensão como deveriam fazer, sabe como é?! Por que o foco desse pessoal mais é pesquisa.

Continuação do Quadro 12 – Respostas das Entrevistas – Respondente 1

6. O que é Extensão Universitária para você?	R - É... No meu entendimento, Extensão é uma atividade que a universidade desenvolve no sentido de aproximar a comunidade, onde ela está inserida, nas suas atividades é... Muitas vezes, a universidade está inserida num ambiente e que muita gente tá próxima fisicamente da universidade, mas está extremamente distante do que a universidade faz, pra quê que serve então, a Extensão serviria pra aproximar essas pessoas no sentido de beneficiá-las e também é... Dar um retorno pra aquele grupo que ali está dos recursos que são canalizados para a universidade e que não devem ser gastos, somente pra uma elite que tem uma oportunidade de entrar, apesar de que, durante meu período de universidade o acesso ao ensino superior, melhorou substancialmente, substancialmente, hoje em dia só não faz um curso superior quem não quiser fazer um esforço, sabe como é?
7. Em sua opinião, qual a importância da Extensão na formação do administrador?	R – Eu consigo ver, por que a administração é uma área de conhecimento, se você, que você pode utilizar em todos os... Em vários segmentos, evidentemente que muda muito o enfoque que você tem, mas em qualquer área que você imaginar você pode usar administração, até pra você arrumar uma casa, pra você fazer uma atividade doméstica, você, se você tem conhecimentos de administração você vai fazer com muito mais eficiência de que se você não estiver, então pode fazer isso. Agora eu confesso que, como eu não tive a iniciativa de participar de nenhum projeto de Extensão, eu não tenho um histórico para dizer que fiz alguma coisa nesse sentido, mas eu sei, eu tenho ideia da importância e do que o administrador pode fazer, agora eu não tenho história para contar.
8. Você conhece alguma política de incentivo (editais direcionados, programas) à Extensão direcionada para o curso de Administração na UFPE ou em outras IES?	R – Olha, eu confesso que especificamente para administração eu não, se tem eu não tomei conhecimento, não conheço. Agora, a Extensão, acho que nos últimos 10 anos, não é uma coisa recente não, nos últimos 10 anos, ela começou a ter mais espaço na universidade, tanto é que, quando eu fui coordenador do curso tinha um problema sério na universidade por que durante o governo FHC, praticamente não se contratou nenhum professor nas universidades. Os professores eram substitutos, substitutos não, eram... Tinha muito substituto e tinha muito visitante. Quer dizer, o cara terminava o doutorado aí não tinha concurso e ele ficava como visitante, quer dizer ele ficava dando aula, pesquisando, tudo, mas sem ter o vínculo do professor do quadro, e quando começou a abrir alguma vaga, já no governo Lula aí todos os departamentos queriam ter o máximo de vagas pra suprir as lacunas que surgiram por conta da aposentadoria, óbitos, transferência, gente que saia do magistério.

Continuação do Quadro 12 – Respostas das Entrevistas – Respondente 1 – Resposta a 8ª pergunta

	Umas das, a universidade tem um algoritmo, que você entra com uma série de dados e sai com um número de docentes que você tem direito a contratar, aí isso vai depender da sua da sua pesquisa, do seu ensino e aí depois incluíram a Extensão, que no começo a Extensão praticamente não pesava aí depois o pessoal começou fazer pressão aí a Extensão começou a pesar também nesse algoritmo para você pesar o número de vagas de docentes, aí alguns departamentos começaram a estimular os seus docentes a também fazer extensão, por que era uma coisa que o pessoal nem falava direito, por que não contava muito ponto para a promoção do docente e tão pouco contava para o engrandecimento do departamento, o engrandecimento que eu digo é esse, no sentido de arrumar mais docentes, mais verbas para as coisas, entendeu?
Aqui no CAA o senhor acha que é dado incentivo da universidade para que as atividades de extensão sejam realizadas especificamente para o curso de administração?	R – Olha eu acho que aqui no CAA pelo menos que eu vim tomar mais conhecimento, foi com a gestão de Fernando, eu sinto um envolvimento muito grande dessa área de Extensão, muito mais do que eu presenciava quanto estava no CTG, sabe como é?
Mas no curso de administração, aos professores do núcleo, por exemplo, o senhor acha que é dado incentivo para que eles realizem atividades?	R – Olha o grande problema é que para você fazer qualquer coisa você tem algum custo, dificilmente você tem uma atividade que não custa nada, sabe como é? Aí o que é que acontece pra você arrumar algum recurso para fazer alguma coisa, dá um trabalho danado. Pra você correr atrás, submeter dentro daquele nível de exigência, depois você ficar com a preocupação de prestar contas daquilo, aí o que é que acontece, muita gente vê que pode ter as promoções é... com outras atividades, como ensino, como pesquisa. Aí muitas vezes eles fogem daí, e para fazer alguma coisa sem recurso aí você faz um negócio muito sacrificado, sabe como é? [...] Você envolve com outras pessoas, nem sempre as pessoas correspondem aquelas expectativas que você tinha, sabe como é? E atrasam o negócio e aquilo tem prazo, sabe como é? A prova documental pra provar que você gastou tudo certinho às vezes não vem de acordo com a exigida, isso é uma dor de cabeça danada.

Continuação do Quadro 12 – Respostas das Entrevistas – Respondente 1

Quando falamos sobre conceito de Extensão, o senhor falou sobre a aproximação da comunidade à universidade, mas o senhor acredita que a partir das atividades de Extensão a Universidade também recebe da comunidade?	R – Ah claro, não por que tem muita coisa que... o saber, ele não é necessariamente, quer dizer todo o saber, ele não está contido na universidade não, tem muita coisa que é do saber popular é da cultura, por que não tem esse formalismo acadêmico que a gente tem aqui, e a comunidade mesmo sem ter acesso ao nível de educação dos docentes, ela tem coisa para ensinar, todo mundo tem coisa para ensinar. Então a universidade tem como absorver muita coisa do conhecimento popular, eu realmente não tive essa experiência de extensão, mas eu entendo isso. E essa integração é muito salutar por que se você tiver uma Extensão muito ativa aquela comunidade, ela passa a ser uma aliada da universidade, uma defensora da universidade, sabe como é?! Ela é coparticipante, aí você baixando um pouco mais a bola, quando você vê essas escolas que aluno quebra tudo e rouba tudo, são escolas que não têm envolvimento com a comunidade, as escolas que chamam os pais, e todo mundo participa sabe que aquilo é deles, que aquilo é pra servir quem tá ali, tem outro desempenho. Eu to somente fazendo essa comparação para a gente entender. Claro, que uma escola de nível fundamental é diferente de uma universidade.
---	--

Fonte: A autora

Quadro 13 – Respostas das Entrevistas – Respondente 2

Perguntas	Respondente 2
1. Qual foi a sua formação básica no ensino superior?	R - Minha formação básica no ensino superior é Filosofia.
2. Quanto tempo de experiência docente no ensino superior?	R - Eu dou aula desde 86, desde 1986, então são... No ensino superior, né? São seis para quatorze são oito né? Desde 86, 1986, então seria, seis para quatorze, nove, não, nove e seis quinze são oito, isso! São dezoito anos no ensino superior. Dezoito anos.
3. Participou de colegiados, núcleos docentes estruturantes ou da gestão de algum curso de administração?	R - Sim, vários. É... São Paulo, Curitiba e Caruaru, aqui, CAA. Eu fui... Da comissão setorial de Extensão, eu fui representante do curso, no começo.

Continuação do Quadro 13 – Respostas das Entrevistas – Respondente 2

4. Você participou de alguma atividade de Extensão no período de sua formação básica? Se sim, quais tipos de ações? (Cursos, projetos, eventos, programas)	R - Olha, eu comecei a fazer extensão na graduação... Cursos, desenvolvi projetos, programas, eu faço extensão desde quando eu fiz Filosofia. Eu faço bastante cursos, projetos, eu sempre tive envolvido com Extensão... Eventos, programas. Já fui Pró-Reitor de Extensão, não aqui, no Paraná.
5. Você realiza ou já realizou alguma atividade de Extensão como docente? Qual atividade realizou (Título/ Período/ Tipo) e como foi a experiência?	R - Sim. Olha, são várias, assim, eu já... Como docente eu já participei de várias atividades e já realizei várias, que eu fui do Fórum Nacional de Extensão. Por que a Extensão, ela tem um fórum nacional que reuni as instituições do Brasil inteiro pra discutir Extensão, são feitos encontros, no Brasil, na América Latina. A última que eu participei... Quer dizer, o último projeto, assim... E como foi a experiência? Muito positiva por que é você... Um aspecto é a relação com a sociedade, relação com sociedade. A universidade se abre para a sociedade.
6. O que é Extensão Universitária para você?	R - Olha, o conceito que eu uso de Extensão universitária, é o conceito do Fórum Nacional, você tem esse conceito? Pois é, eu uso o conceito do Fórum Nacional, do Fórum Nacional dos Pró-Reitores, foi um conceito construído historicamente por que eu venho trabalhando com Extensão a muito tempo, no Fórum Nacional de Pró-Reitores, que entende a Extensão como um processo dialógico. Mas Extensão pra mim é, eu me apoio em Paulo Freire, eu fui aluno de Paulo Freire, quando ele volta para o Brasil depois do exílio, então ele entende extensão, como diálogo, comunicação, troca de saberes, certo? Então, extensão não é transmissão de conhecimento, você não sabe nada então eu vou lá na tua comunidade e te ensino a fazer alguma coisa, a visão de Paulo Freire é comunicação, não é transmissão. Não é verticalizar o saber, mas problematizar, provocar o diálogo e a partir daí construir o conhecimento, né? Então é uma relação dialógica que ele chama, é uma via de mão dupla, né? É um processo onde universidade e sociedade, elas, a universidade... Constroem o saber.

Continuação do Quadro 13 – Respostas das Entrevistas – Respondente 2

7. Em sua opinião, qual a importância da Extensão na formação do administrador?	R - Olha, em primeiro lugar é, ela é fundamental, certo? A Extensão, ela é fundamental. Principalmente por que a administração, ela é, um curso, uma ciência... A extensão é fundamental na administração, por que a administração é uma ciência social aplicada, e administração é uma ciência que exige uma relação muito clara, muito próxima com empresas, com organizações não governamentais, com organizações não governamentais. Então ela é fundamental, sobre três pontos de vista, três aspectos. Primeiro o ensino de administração, ele precisa estar sempre se retroalimentando, então se o aluno está envolvido com a extensão, com projetos de extensão focados na sua formação de administrador, né? Por que o curso de administração forma gestores de organização, então se ele tem contato com organizações através de projetos de extensão, ele tá colocando em prática o saber adquirido, né? Colocando em prática o saber adquirido, né? Confrontando teoria e prática, e realidade das organizações sob o ponto de vista da gestão. Segundo lugar, ele tá aprendendo a desenvolver projetos, né? Então troca de saber... Projetos de Extensão, ele permite também é... O aprendizado de gestão de projetos certo? Então na formação de um administrador, um aluno que participa de um projeto de extensão, ele aprende a fazer um projeto, certo? Trabalhar com gestão é trabalhar com projetos, com planejamentos, quais as funções do administrador planejar, coordenar, dirigir, monitorar, controlar, liderar, e um projeto de extensão, permite ao aluno desenvolver essas habilidades de gestor, né? Por isso que a extensão para mim deveria existir... Veja, vou... Em sua opinião, qual a importância da Extensão na formação do administrador? Então primeiro troca de saber, né? O curso com a realidade com a realidade das organizações, curso com organizações... Gestão de projeto que tem tudo a ver com funções do administrador, por mais simples que seja um projeto de extensão eu tenho que fazer planejamento, com começo, meio e fim, então eu desenvolvo lid... né? E por ultimo formação, um aluno que participa de um projeto de extensão, ele tem uma formação para a cidadania, formação profissional né, eu dei esse aspecto e formação para a cidadania por que ele entra contato com a realidade. Cidadania. Se eu vou numa ONG lá dos animais, dos idosos, eu to despertando uma consciência crítica, eu to olhando pra uma realidade, vendo os desafios dessa realidade então, veja a extensão, a universidade brasileira, de acordo com a LDB, de acordo com a constituição federal, a extensão, ela, a universidade,
--	--

Continuação do Quadro 13 – Respostas das Entrevistas – Respondente 2 Resposta da 7ª pergunta

	ela tem que ter ensino, pesquisa e extensão. Terceiro, segundo aspecto legal é a lei de diretrizes e bases da educação que também fala que a universidade tem que ter extensão. Um quarto documento legal, o plano nacional de educação, também prevê extensão, um quarto aspecto, a política nacional de extensão formulada pelo fórum de pró-reitores das universidades brasileiras que estabelece as linhas, cultura, trabalho... Então existe um conjunto, que eu vou usar a palavra, um arcabouço legal... é... documentos que dão sustentação, que definem extensão, que estabelece extensão para as universidades brasileiras, para as públicas, para as privadas e para as comunitárias. O problema está, que a extensão ela é vista... a universidade. O problema está, em primeiro lugar, a universidade brasileira ela é focada no ensino, então os nossos professores de norte a sul, eles estão preocupados com o ensino. Alguns se voltam para a pesquisa, e a extensão é quem? A prima pobre. Que ninguém dá importância, então eu percebo assim, que a extensão não é valorizada como deveria ser valorizada. Não só aqui, mas em todo Brasil. Em todas as universidades. O que acontece aqui é retrato do que acontece em todo Brasil, em menor ou maior grau. A extensão, não é dada a devida importância à extensão. A extensão, ela é deixada um pouco de lado. Por quê? Por uma razão histórica, né? A universidade brasileira ela é muito focada no ensino e aí então os professores... E outra, outro aspecto, os professores eles são é... Eles são formados, eles não são formados, são formados para ensinar... Para pesquisar, por que eles têm que fazer, eles são formados muito limitadamente para ensinar, são formados para pesquisar por que tem que fazer mestrado, doutorado, mas eles não são formados para fazer extensão, a extensão é uma coisa que entra como que um apêndice, um algo a mais... Os mais interessados, os mais engajados desenvolvem projeto de extensão. Então eu vejo assim que na última gestão do Edilson houve uma abertura maior para a Extensão, mas de uma maneira geral, ela é muito deixada à margem, assim.
--	---

Continuação do Quadro 13 – Respostas das Entrevistas – Respondente 2

Então a gente pode perceber que apesar de todo o arcabouço que o senhor falou de políticas que vão definir a extensão, ainda existe muita dificuldade e deficiência no ensino, aliás, dentro das universidades pra que a extensão seja de fato uma cultura.	R - É, uma cultura. Que faça parte da estratégia da universidade. Por conta de uma concepção de universidade focada no ensino. Qual a causa disso? É por que os professores não gostam da extensão? É também. É chato. Pra muito professor, ele quer dar aula e ir embora, ele não quer saber de comunidade, ele quer dar aulinha dele e ir embora, pegar a van dele e voltar pra sua casa ou seu carro, ele não quer se envolver com problemas sociais, é por que ele já foi formado com a visão elitista, né? Então isso está na concepção de universidade muito focado no ensino o outro ponto, né? A gente pode falar de concepções de extensão, pra muitos extensão é transmissão de conhecimento. “Ah eu vou dar um curso lá na comunidade, isso pra mim é extensão”. Então isso é extensão é uma concepção tradicional de extensão, que tem raízes históricas, no antigo é... Aquele nome, Rondon, projeto Rondon, tem raízes históricas. Então é transmissão de conhecimento, agora a extensão como diálogo e como comunicação é uma concepção mais libertadora, mais revolucionária, mais moderna, mais problematizadora, né? E isso exige um pouco mais de esforço do que ir lá e dar um cursinho pra comunidade e voltar e achar que fez extensão.
8. Você conhece alguma política de incentivo (editais direcionados, programas) à Extensão direcionada para o curso de Administração na UFPE ou em outras IES?	R - Tem os editais né? Os editais, assim no âmbito da UFPE a gente vê os editais vários, eu acho que tem que citar o Edilson. O Edilson abriu vários editais houve crescimento da extensão. O ministério da Educação, também tem publicado editais que procuram financiar projetos de extensão, né? Então acredito que no âmbito das federais existem vários editais, no âmbito das universidades particulares elas são cobradas também pra ter extensão, então por que eu trabalho com extensão a bastante tem eu sei, então as universidades, as privadas, têm seus projetos de extensão, as comunitárias, a ASCES, também tem seus projetos de extensão fazem editais, né? Pra fazer seleção, desenvolver projeto.
O senhor acha que, no caso, deveria existir um programa que direcionasse os projetos, pra que todo mundo trabalhasse em prol de um objetivo comum?	R - É, veja, aí entram concepções né? O cara, ele faz extensão, o outro já acha que aluno não tem que fazer extensão. Teve um professor que falou: “Não eu acho que aluno tem que fazer extensão no quarto, quinto período”, eu já acho que desde o primeiro período, você já foi minha aluna, devia ter feito isto, se envolver. Você nunca fez uma disciplina minha eletiva, sobre gestão de ONGs? Mas eu digo isso pros alunos que fazem isso, olha, entrem em contato com a realidade pra vocês conhecerem um pouquinho, pra se formarem com uma outra concepção.

Fonte: A autora

Quadro 14 – Respostas das Entrevistas – Respondente 3

Perguntas	Respondente 3
1. Qual foi a sua formação básica no ensino superior?	R - Eu fiz bacharelado em Matemática, e aí o mestrado e o doutorado em engenharia de produção.
2. Quanto tempo de experiência docente no ensino superior?	R - Desde o final de 2002.
Assim, a minha experiência, assim nessa parte mais administrativa do curso, foi aqui no CAA, né... Eu já fui membro de colegiado e do núcleo estruturante	R - Assim, a minha experiência, assim nessa parte mais administrativa do curso, foi aqui no CAA, né... Eu já fui membro de colegiado e do núcleo estruturante.
4. Você participou de alguma atividade de Extensão no período de sua formação básica? Se sim, quais tipos de ações? (Cursos, projetos, eventos, programas)	R - Não... (risos) Na graduação era só... Assim os professores não eram muito voltados pra essa área de extensão
5. Você realiza ou já realizou alguma atividade de Extensão como docente? Qual atividade realizou (Título/ Período/ Tipo) e como foi a experiência?	R - Quando... Quando eu cheguei aqui eu fiz ainda algumas atividades com curso na parte de extensão, mas aí depois fiquei só na parte de pesquisa e de ensino.

Continuação do Quadro 14 – Respostas das Entrevistas – Respondente 3

Quando a senhora realizou esses cursos, como foi a experiência? No sentido de alcance dos objetivos, da aceitação do público que a senhora quis atingir.	R - Foi bom por que assim, na verdade era mais voltado pra minha disciplina com coisas que a gente não conseguia trabalhar na disciplina por conta do tempo que era curto, você tem que fazer mais... tem que cumprir a ementa e tem uma parte que era computacional de apresentação de alguns softwares que ficava meio a desejar e aí eu fiz, só... Mas também foi só um semestre e foi bem interessante.
6. O que é Extensão Universitária para você?	R - São atividades que você chega mais próximo da comunidade tentando enxergar suas demandas e como as ferramentas que nós trabalhamos aqui dentro da universidade podem colaborar, podem ajudar na melhoria dessas demandas.
No caso seria sair da universidade, escutar a comunidade e atender a demanda que surge dela, né?	R - E às vezes você, você pode ouvi-la e tentar levar ou então levando já ferramentas e vendo já quais são os públicos que tem interesse naquelas ferramentas que você tá trabalhando, desenvolvendo. Assim, hoje eu trabalho com pesquisas na área do APL, e embora não seja extensão o que eu estou fazendo, mas eu começo a entrar em contato com a comunidade e vendo quais são as demandas que esse público, que esse setor tem, e que o curso de Administração pode oferecer.
7. Em sua opinião, qual a importância da Extensão na formação do administrador?	R - Sim, e eu acho que é da formação acadêmica de uma maneira geral, né? Assim, é tanto que a universidade, ela tá embasada no tripé ensino, pesquisa e extensão. Eh, extensão em alguns cursos, alguns departamentos, ela vai ficando meio de lado. Na minha experiência enquanto graduação, enquanto estudante de graduação foi bem é... Eu não vivenciei essa parte de extensão, da parte do contato com a comunidade, mas existem... O curso de administração, ele tem uma, assim, uma abertura muito grande para esse contato, dada a diversidade de conhecimentos que o curso de administração proporciona para os alunos e o que eles podem ofertar e é um crescimento que... Um processo que você tanto ajuda a comunidade como o aluno cresce a partir dessa experiência.

Continuação do Quadro 14 – Respostas das Entrevistas – Respondente 3

8. Você conhece alguma política de incentivo (editais direcionados, programas) à Extensão direcionada para o curso de Administração na UFPE ou em outras IES?	Assim, como eu te falei eu me afastei um pouco dos programas de extensão, mas eu sei que a UFPE tem uma Pró-Reitoria só de Extensão e que tem as políticas da instituição com incentivos financeiros pra fomentar essas atividades e... Assim, mas recentemente o pessoal que ta trabalhando com extensão, pelo menos aqui no Centro, tem divulgado bem, então assim, eu sempre tenho recebido os e-mails divulgando os encontros, os projetos que estão abertos, então é uma coisa que hoje você não faz se você não tiver, assim, com o foco na extensão, mas que a divulgação ta sendo bem ampla... Eu não conheço os projetos em detalhe, por que eu... Na verdade, eu tava afastada, eu pedi licença, eu fiquei fora um ano, e retornei agora no começo desse ano, aí eu to ainda retomando minhas atividades, mas o que eu percebi nessa volta é que o movimento da extensão está bem mais organizado, pelo menos em termos de divulgação.
---	--

Fonte: A autora

Quadro 15 – Respostas das Entrevistas – Respondente 4

Perguntas	Respondente 4
1. Qual foi a sua formação básica no ensino superior?	R - Administração.
2. Quanto tempo de experiência docente no ensino superior?	R - 16 anos.
4. Você participou de alguma atividade de Extensão no período de sua formação básica? Se sim, quais tipos de ações? (Cursos, projetos, eventos, programas)	R - Participei. Na minha graduação eu participei de cursos, ta? Foi curso na área de marketing e vendas, que os professores da Federal, lá do departamento de ciências administrativas, eles ofereceram. E também de um projeto de micro e pequenas empresas num consórcio de universidades, a Federal e outra do Canadá.
E a experiência foi positiva pra sua formação?	R - Eu acho a extensão, eu acho ela importante, eu achei que ela contribuiu muito. Por que a extensão, ela permite que o aluno, ele interaja muito com o mercado e... Até assim, por convicção, pelos meus valores eu não comecei como professor, eu comecei minha vida como administrador, depois como executivo, aí depois que eu me tornei professor. Aí eu acho que toda atividade que tem essa questão de interação mercado com a universidade, eu acho válida. Importante pra formação do aluno.

Continuação do Quadro 15 – Respostas das Entrevistas – Respondente 4

6. O que é Extensão Universitária para você?	R - A Extensão universitária, ela é um dos tripés da universidade, umas das atividades fins da universidade e ela reuni projetos, ações, toda e qualquer atividade que busque essa interação entre universidade e sociedade, essa troca de conhecimento, a construção, o desenvolvimento de competências e que favoreça, traga benefícios, tanto para a sociedade como para universidade. Essa sinergia que existe, tá, entre as duas, os dois componentes.
7. Em sua opinião, qual a importância da Extensão na formação do administrador?	R - A importância da extensão, ela é vital, ela é essencial, por quê? Sempre, assim, uma demanda dos alunos é verem a prática, tá? E, eu, por exemplo, eu to vivenciando uma situação, eu como não comecei como professor, eu vim do mercado, aí eu acho que teoria e prática forma um casamento indissolúvel, tá? Não pode nem ser só teoria, nem ser só a prática, as duas, elas interagem, elas se combinam, mas eu acho essencial na formação do administrador por que permite que a gente desenvolva competências que vão favorecer transitar com mais facilidade entre a teoria e a prática. Minicursos, palestras, fóruns, workshops, projetos, tudo isso vai, por exemplo, a própria empresa júnior, que é uma atividade importante de interação com a sociedade, tá, que inclusive é multidisciplinar, com vários cursos, podendo participar alunos de vários cursos, então é indispensável pra desenvolver as habilidades do adm.
8. Você conhece alguma política de incentivo (editais direcionados, programas) à Extensão direcionada para o curso de Administração na UFPE ou em outras IES?	R - Humm... Eu conheço, tá, agora eu acho que houve uma melhoria muito grande, facilitação em termos de processo, redução da burocracia, é... Especificamente aqui no CAA a ideia de ter coordenações setoriais, eu acho que uma coordenação de extensão facilita muito, aproxima muito os professores dessa atividade que é essencial pra universidade, é... o apoio, por exemplo, da PROEXT, na perspectiva assim de pessoal, de emissão de certificado, de divulgação, é importante, tá, eu acho que isso aí tudinho é muito importante pra consolidar a atividade de extensão.

Fonte: A autora